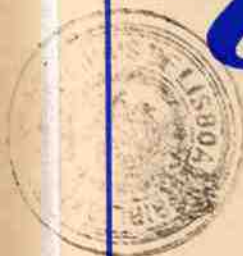


LE
- AGO. 1940

REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 18 — 30 de Junho de 1940 — ANO II



**COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA**

S U M Á R I O

TRADUÇÃO DA CARTA «CLAVES REGNI» DE D. AFONSO HENRIQUES AO PONTIFICE ROMANO	1
TRADUÇÃO DA BULA «MANIFESTIS PROBATUM» DO PAPA ALEXANDRE III A D. AFONSO HENRIQUES	3
ALOCUÇÃO DO CARDIAL PATRIARCA NA SÉ DE LISBOA, NO DIA DA INAUGURAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS	5
PALAVRAS DO CHEFE DO ESTADO, NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, A 2 DE JUNHO DE 1940	7
SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLEIA NACIONAL	12
DISCURSO DO PRESIDENTE DO CONSELHO, EM GUIMARÃIS, NO DIA 4 DE JUNHO DE 1940, NA CERIMÓNIA COMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO.	23
GLORIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA	27
FESTA PROVINCIAL DO ALGARVE	42
PORTUGAL É UMA NAÇÃO — A. Marques Guedes	46
NOTAS VÁRIAS	53

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

1 ANO

Capas em carneiro, com ferros especiais :

A fogo	25\$00
A ouro	30\$00
(Empaste)	5\$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/lisboa

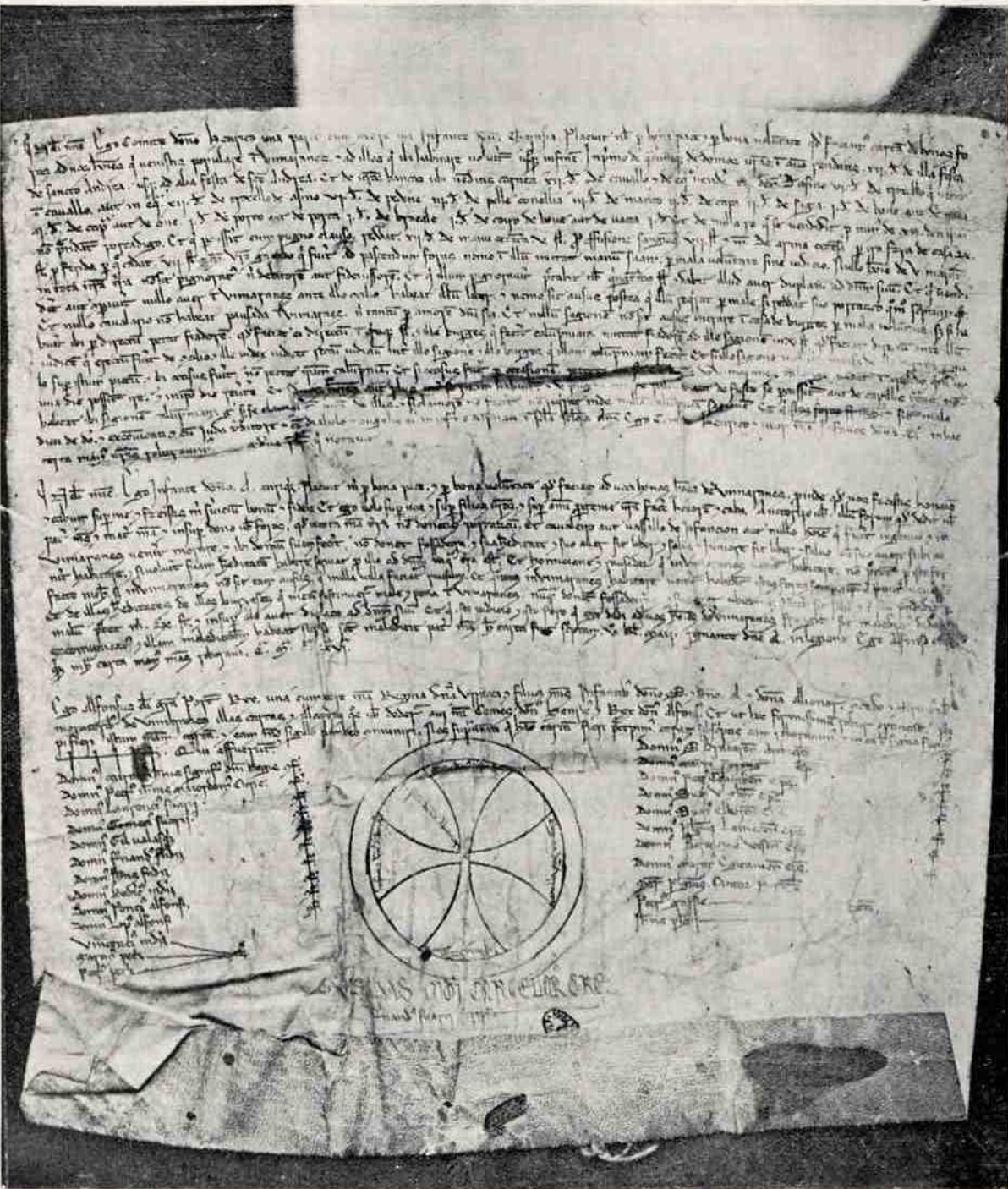
TELEFONE 2 2886

TRADUÇÃO DA CARTA "CLAVES REGNI" DE D. AFONSO HENRIQUES AO PONTIFICE ROMANO

Sabendo que a S. Pedro foram concedidas por Nosso Senhor Jesus Cristo as chaves do reino do céu, decidi tomar o mesmo apóstolo como Padroeiro e Advogado, para que nas dificuldades da vida presente possa experimentar o seu auxílio e conselho, e por seus méritos venha a alcançar os prémios da eterna bem-aventurança. Por isso, eu, Afonso, por graça de Deus Rei de Portugal, prestei homenagem ao Papa, meu Senhor e Pai, nas mãos do Cardial diácono D. Guido, Legado da Sé Apostólica. Constituo, pois, a minha terra como censual de S. Pedro e da Santa Igreja de Roma, com o tributo anual de quatro onças de ouro, e disponho que todos quantos, depois da minha morte, obtiverem esta terra, paguem anualmente o mesmo censo a S. Pedro. Como verdadeiro soldado de S. Pedro e do Pontífice Romano, deverei eu ter para mim e para a minha terra, e para o que respeita à sua dignidade e honra, a defesa e auxílio da Sé Apostólica, e nunca serei obrigado a admitir nela o poder de qualquer senhorio eclesiástico ou secular, senão o da Santa Sé e dos seus Legados.

Lavrou-se esta carta de oblação e firmeza, nos idos de Dezembro da era de 1181 (*13 de Dezembro de 1143*).

Eu Afonso, Rei dos Portugueses, que da melhor vontade mandei fazer esta carta, confirmo-a com a minha mão. Eu João, arcebispo de Braga, confirmo. Eu Bernardo, bispo de Coimbra, confirmo. Eu Pedro, bispo do Pôrto, confirmo.



O PRIMEIRO FORAL DE GUIMARÃIS

(Do Arquivo da Torre do Tombo)

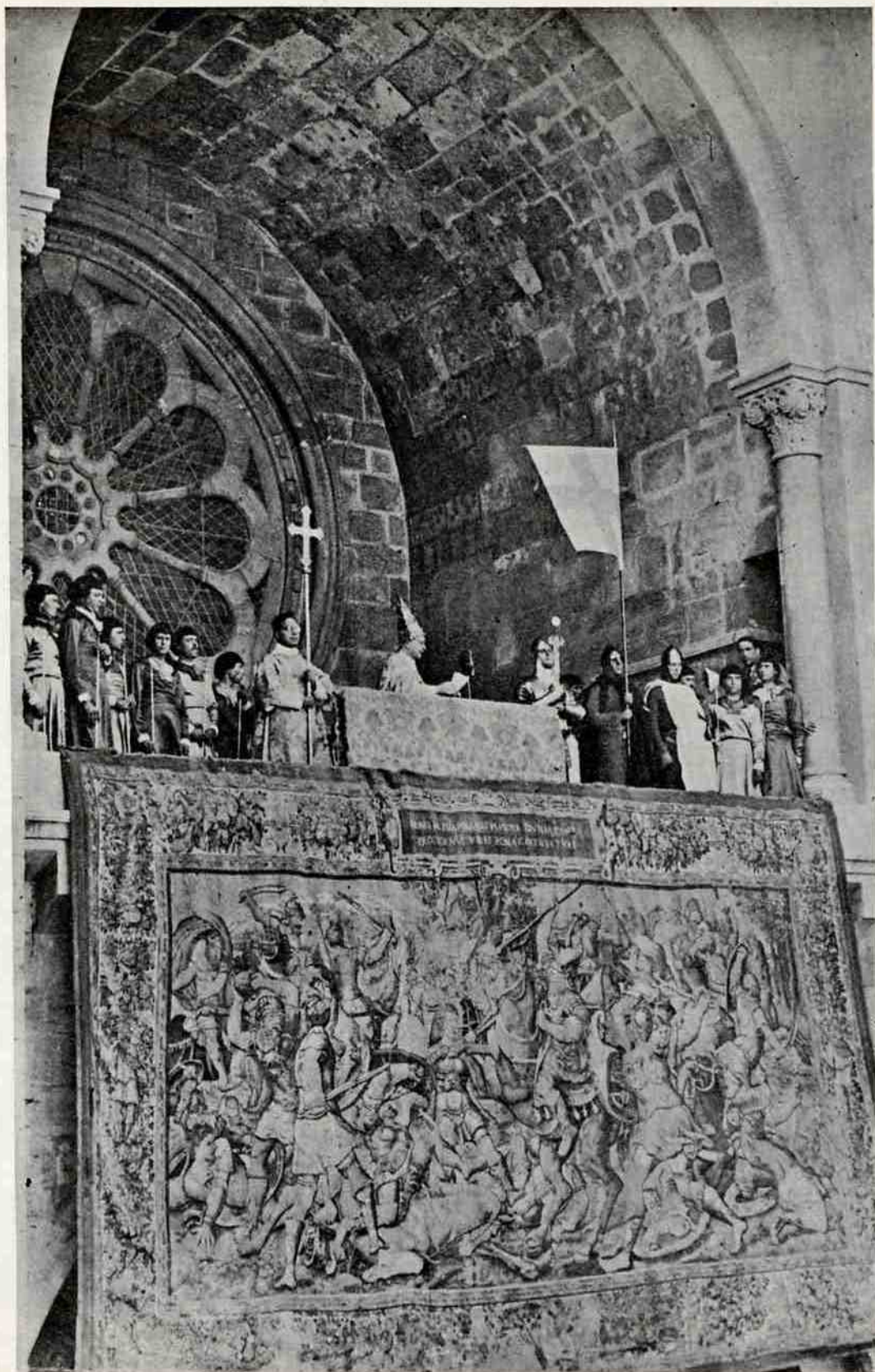
TRADUÇÃO DA BULA «MANIFESTIS PROBATUM» DO PAPA ALEXANDRE III A D. AFONSO HENRIQUES

Alexandre, Bispo, servo dos servos de Deus, ao caríssimo filho em Cristo, Afonso, ilustre Rei dos Portugueses, e a seus herdeiros para sempre.

Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe católico, prestaste inumeráveis serviços a tua mãe, a Santa Igreja, e xterminando intrèpidamente em porfiados trabalhos e proezas militares os inimigos do nome cristão e propagando diligentemente a fé cristã, e assim deixaste aos vindouros nome digno de memória e exemplo merecedor de imitação. Deve a Sé Apostólica amar com sincero affecto e procurar atender eficazmente, em suas justas súplicas, os que a Providência divina escolheu para govêrno e salvação do povo. Por isso, Nós, atendendo às qualidades de prudência, justiça e idoneidade de govêrno que ilustram a tua pessoa, tomamo-la sob a protecção de S. Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste arrancares às mãos dos sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos. E para que mais te afervores em devoção e serviço ao príncipe dos apóstolos S. Pedro e à Santa Igreja de Roma, decidimos fazer a mesma concessão a teus herdeiros e, com a ajuda de Deus, prometemos defender-lha, quanto caiba em nosso apostólico ministério. Continua, pois, a mostrar-te, filho caríssimo, tão humilde e devotado à honra e serviço de tua mãe, a Santa Igreja Romana, e a ocupar-te em defender os seus interesses e dilatar a fé cristã de tal modo que esta Sé Apostólica possa alegrar-se de tão devoto e glorioso filho e não duvide da sua afeição. Para significar que o referido reino pertence a S. Pedro, determinaste como testemunho de maior reverência pagar anualmente dois marcos de oiro a Nós e aos nossos sucessores. Cuidarás, por isso, de entregar tu e os teus sucessores, ao Arcebispo de Braga «pro tempore», o censo que a Nós e a nossos sucessores pertence. Determinamos, portanto, que a nenhum homem seja lícito perturbar temerariamente a tua pessoa ou as de teus herdeiros e bem assim o referido reino, nem tirar o que a êste pertence ou, tirado, retê-lo, diminuí-lo ou fazer-lhe quaisquer imposições. Se de futuro qualquer pessoa eclesiástica ou secular intentar cientemente contra o que dispomos nesta nossa Constituição, e não apresentar satisfação condigna depois de segunda ou terceira advertência, seja privada da dignidade da sua honra e poder, saiba que tem de prestar contas a Deus por ter cometido uma iniquidade, não comungue do sacratíssimo corpo e sangue de Jesus Cristo nosso divino Senhor e Redentor, e nem na hora da morte se lhe levante a pena. Com todos, porém, que respeitarem os direitos do mesmo reino e do seu Rei, seja a paz de nosso Senhor Jesus Cristo, para que neste mundo recolham o fruto das boas obras e junto do soberano juiz encontrem o prémio da eterna paz. Amen. Amen. Eu Alexandre, Bispo da Igreja Católica.

(Seguem-se os nomes das testemunhas).

Dada em Latrão, por mão de Alberto, Cardial presbítero e Chanceler da Santa Igreja Romana, a 10 das calendas de Junho, indicção XI, ano 1179 da Incarnação do Senhor, ano XX do Pontificado do Papa Alexandre III (23 de Maio de 1179).



DO TERRAÇO DA GALILÉ DA SÉ CATEDRAL DE LISBOA, SUA EMINÊNCIA O CARDIAL PATRIARCA, LADEADO PELA CRUZ DE OIRO DO REI D. SANCHO I, A ESPADA DE D. AFONSO HENRIQUES E A BANDEIRA DA FUNDAÇÃO, ANUNCIA AO POVO «QUE FAZ AGORA OITO SÉCULOS QUE PORTUGAL NASCEU !»

ALOCUÇÃO DO CARDIAL PATRIARCA NA SÉ DE LISBOA, NO DIA DA INAUGURAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

Portugueses de àquém e além mar; vós todos que trazeis, onde quer que estejais, Portugal no coração, os da Metrópole, onde a Mão de Deus pôs o berço da Nacionalidade; os que continentes e mares separam dêle sem os desunir da Pátria, habitantes dêsses pedaços dela que são a sua imagem reflectida noutros continentes e entre outros povos; e os que andais espalhados por tôdas as partes do mundo, que nossos antepassados aumentaram e alargaram, devassando o mistério dos mares tenebrosos (que a tantos dêles amortalharam no imenso lençol das suas águas profundas), e restituindo à terra e a Deus as opulentas terras longinquas ignoradas ou inacessíveis; — e vós, brasileiros nossos irmãos, que aqui no «solar da raça», como lhe chamou um dos vossos, não sois estrangeiros, pois a nossa história é apenas o prefácio da vossa, e aí, sob a luz brilhante do Cruzeiro do Sul, continuais, na mesma língua, na mesma Fé, no mesmo sangue, uma epopeia que quisestes escrever só por vossas mãos; — portugueses, brasileiros, ouvi! ouvi! ouvi!

A moda antiga, sobe o Patriarca de Lisboa, cabeça da Pátria e do Império, precedido pela cruz de ouro do segundo Rei de Portugal, que tanto sol de glória e triunfo beijou, e pela espada gloriosa do primeiro, que abençoada por S. Teotónio traçou, neste extremo do velho mundo «onde a terra se acaba e o mar começa», para durar até ao fim do mundo, os limites da Nação portuguesa, sobe ao terraço que cobre a galilé da velha catedral românica, coeva da fundação da Monarquia, para vos anunciar, elevando ao mesmo tempo o coração a Deus, criador e senhor das nações: que faz agora oito séculos que Portugal nasceu!

Quem vos fala é o sucessor de tantos Bispos que, desde o Rei Fundador, foram nesta vetusta Sé os intérpretes, perante Deus, dos votos e das acções de graças da Nação Portuguesa. Aqui vieram os reis e os governos, e a nobreza e o povo, todos os que fizeram Portugal e o engrandeceram, — cantar o Te-Deum das horas heróicas da Pátria. Esta augusta Catedral é como o coração da Pátria: não houve dor nacional que a não fizesse chorar, como não houve alegria, nem vitória, nem glória, que a não fizesse estremecer jubilosamente em cântico triunfal. Ela presenciou, e sentiu, e santificou tôda a vida histórica da Pátria, durante a vária peregrinação de oito séculos, ela restaurada dos estragos dos tempos e dos homens, como a própria Nação que espanta o mundo com o milagre do seu rejuvenescimento, recebe festivamente o venerando Chefe do Estado, que tão dignamente preside aos destinos gloriosos da Pátria, e o Governô do País, operário do nosso renascimento, com a nobre e prestigiosa figura do seu Presidente, e o preclaro Nuncio do Vigário de Cris-

to, que abençoou e amparou Portugal ao nascer, e o Corpo Diplomático acreditado neste cantinho do mundo onde, como no século XVI, os poetas podem cantar de novo a «doce paz doirada» que a Providência lhe tem dado por especial mercê, e a Embaixada brasileira, sem a qual faltaria à mesa deste festim nacional alguém que é da família, e os ilustres representantes da Nação, e a Comissão Nacional das Comemorações Centenárias, que com tão fino sentido cristão, patriótico e artístico as organizou, e as allas autoridades públicas civis e militares, e distintos membros do clero, nobreza e povo: para cantar o solenissimo Te-Deum laudamos da acção de graças nacional.

Portugueses, brasileiros, os corações ao alto, nesta data do natal da Nação portuguesa, que pode dizer, para quasi tôdas as outras, ainda as maiores, ao contar os seus oito séculos de história, como Heródoto conta que lhe disseram os sacerdotes egípcios: vós outros sois crianças!, gritemos como era usança antiga (e certamente muitas vezes foi dito deste mesmo terraço), todos à uma, tão alto que nos oiça o mundo inteiro: — arraial, arraial, arraial, por Portugal!



PALAVRAS DO CHEFE DO ESTADO, NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, A 2 DE JUNHO DE 1940

Inicia-se hoje o ciclo das Comemorações, e cabe-me como Chefe do Estado o encargo de o abrir; mas este encargo é para mim honra e ventura e tão grande que fixo o momento e me detenho um pouco para o medir e agradecer à Providência o alto destino da minha vida.

Celebramos dois centenários, mas em verdade esta comemoração abrange tóda a vida da Nação através de oito séculos bem cheios e intensamente vividos.

Há oito séculos que a Nação existe; nenhuma outra na Europa, pode dizer-se, tem mais antigo brasão, nem definiu mais cedo os seus limites geográficos e criou um espírito nacional, uma individualidade inconfundível. E se esta antiguidade é bastante para lhe dar nobreza velha a sua origem é ainda mais antiga, porque a reconquista é a restituição aos que, com fisionomia própria, já muitos séculos antes ocupavam o território.

A individualidade vem-lhe da natureza, mas ultrapassa os traços da terra, da economia ou da defesa, porque é nos sentimentos que encontra a sua causa mais forte. É uma alma e um corpo mas é mais alma do que corpo — ainda que este seja definido e diferenciado — pois o traço que une as almas é tão espontâneo e homogéneo que em nenhum outro povo é mais perfeita a unidade de essência. Por isso nunca houve aqui divisões profundas; a diversidade das ideias e dos sentimentos foi sempre accidental e nenhuma visou a modificar o rumo do nosso destino. Pelo contrário, esta individualidade, histórica, ideológica, espiritual, gerou um pensamento uno e direcção una, pois todos, desde o começo, caminharam para um objectivo comum, como se fôsem predestinados para realizar a mesma missão. Por isso esta obra, que é Portugal no tempo e no espaço, é de todos porque todos os que hoje vivem e os que viveram demandaram e demandam acima de tudo um objectivo comum: a glória e a grandeza de Portugal.

Há oito séculos que o povo português caminha na História.

Que impressionante, estranho cortejo; os grandes e os humildes, os que defenderam as fronteiras, os que sulcaram os mares, os que lavraram a terra, e cultivaram a ciência ou arte, ou propagaram a Fé.

Mas este cortejo não tem grandeza apenas pelas unidades que o compõem e pela diversidade de qualidade e aptidões dos que o constituem; tem grandeza pela elevação das suas aspirações e pelos feitos que realizou. Viveu, desenvolveu-se, e projectou mesmo em traço imorredoiro a expressão do seu génio na vida do Mundo. E é assim que quem quiser

analisar a vida do povo português há-de examiná-lo na sua formação, no seu labor interno e também no modo como contribuiu para o progresso da Humanidade.

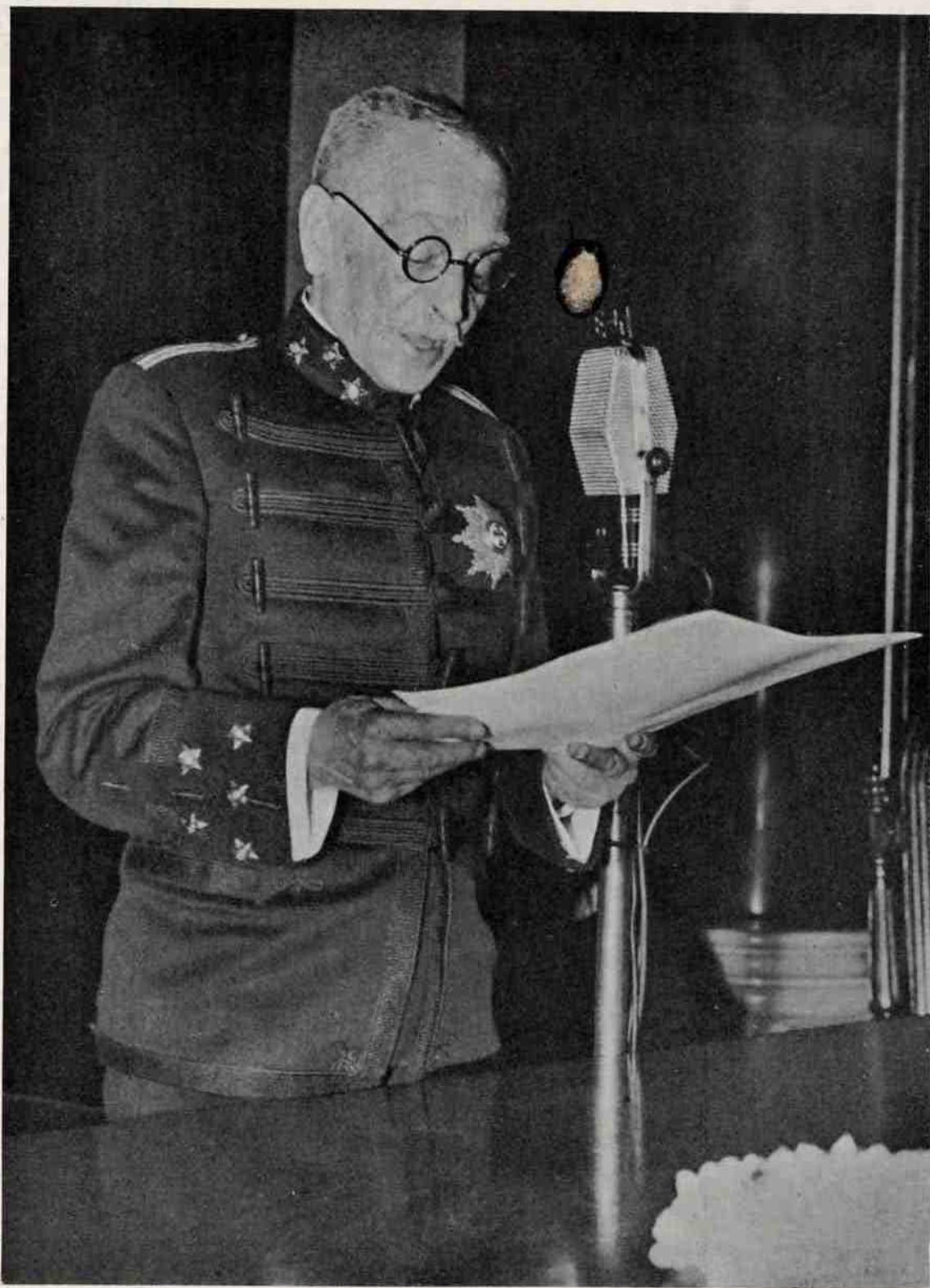
Na vida interna, procuramos valorizar a riqueza natural com trabalho e sacrifício, vencendo as dificuldades do tempo e das condições materiais.

Lavramos a terra, exploramos as minas, fazemos o comércio, trabalhamos nas fábricas, vivemos enfim à nossa custa. Mas não procuramos apenas valorizar, caminhamos sempre no sentido de não criar nem deixar desenvolver diferenças profundas, intransponíveis, entre as classes da Nação, nem permitimos que os seus bens fôsem património exclusivo de privilegiados. Cêdo, mercê de várias circunstâncias, quem teve qualidades e méritos ascendeu a todos os lugares, pôde disfrutar tôdas as situações sem que a origem obscura constituísse obstáculo. As instituições que faziam da riqueza monopólio de alguns, pouco actuaram entre nós; e ainda que tivéssemos de acompanhar a evolução de outros povos, a verdade é que nem a situação dos humildes foi aqui desprezível, nem a dos poderosos razão para tornar inhabitável ou indesejável a terra. Com pouco ou muito todos aqui se têm sentido bem, e nem a riqueza própria foi motivo para deprimir, nem a pobreza fundamento de insurreições. Cada um ocupou o lugar que a natureza e as forças imutáveis lhe marcaram, mas nem as instituições nem os homens tornaram a ninguém odiosa a Pátria.

Neste tão largo transcurso de tempo fomos um momento da vida da Humanidade — quando um dia iniciámos e realizámos, quási inteiramente, o maior acto da História: os descobrimentos. Outros o poderiam ter feito e sem dúvida a outras nações reconhecemos capacidade para o realizar, mas a nós coube essa missão, fomos nós que desvendámos e cruzámos tôdas as rotas, cruzando todos os mares e passando por todos os continentes. Em tôda a parte existem ainda os sulcos da nossa passagem e essa nossa grande, estranha aventura abriu horizontes novos, criou novas condições de vida ao Mundo inteiro e enriqueceu a Humanidade. E se da emprêsa tirámos vantagem material há-de dizer-se por ser verdade que o impulso primeiro esteve no desejo de desvendar o desconhecido e de realizar a vocação missionária que os factos demonstraram possuírmos.

Nesta marcha através da História criámos três impérios: o Império brilhante do Oriente que tem para nós a fascinação dourada de uma emprêsa que mede a audácia e o brilho de um povo; criámos o Império do Brasil, em que revelámos o sentido que possuíamos da obra civilizadora e que constitue um alto orgulho para nós, pelo grande contributo que o Brasil presta hoje à Civilização; e afinal o Império de África, de que nos podemos justamente envaidecer pois em iguais paragens outros não fizeram mais nem melhor.

Foi nossa grande parte do Mundo, possuímos grandes riquezas, dominámos o comércio e a navegação, mas de nada temos que censurar-nos. Ocupámos as terras vagas ou onde a civilização não existia e, nas regiões civilizadas, apenas quisemos estabelecer as con-



*SUA EXCELENCIA O CHEFE DO ESTADO LÊ O DISCURSO INAUGURAL DAS
COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, NA SESSÃO SOLENE DA TARDE DE 2 DE JU-
NHO, NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA*

dições de comércio e de permutação de riquezas — sem desconhecer as civilizações locais e as suas autonomias.

Comerciámos, mas não trouxemos pelos mares corsários nem vivemos da fazenda alheia: ocupámos, mas tão humanamente o fizemos e com um sentido tão vivo da personalidade humana que convizinhámos dos homens de outras civilizações, nunca levantando entre eles e nós qualquer barreira que significasse diferença deprimente. Disso nos têm acusado, mas nós pensamos que valem mais as ideias impressas no coração do que as expressas nas filosofias, e, porque ideias de bondade e de humanidade viviam em nós, não tiveram a sorte das concepções que se fazem e desfazem mas a das que perduram e se projectam pelos tempos fora.

Tôda essa expansão extra-continental foi feita mais com o coração do que com a espada, porque esta só a brandimos para nos defendermos e defender a civilização que havíamos feito germinar. Inscrevemos na História do Mundo factos que não podem ser esquecidos, nomes que não podem ser ignorados. Sempre se falará da acção dos portugueses no mar e na colonização; e tôdas as galerias do Mundo recordarão o Infante de Sagres, o Gama, Albuquerque, Cabral, Camões e muitos outros ainda.

Mas repartindo tantos de nós a vida pelo Mundo, nenhum esqueceu a pequena casa lusitana. Aqui continuamos a nossa vida, o nosso labor, com sorte vária, procurando todavia acompanhar o movimento de cada época. E chegados a êste momento da existência podemos dizer, que se não vamos à frente nas grandes realizações materiais, todavia nem nos queixamos, nem sentimos inveja, nem desânimos. O lote que nos coube na Terra nem sempre se afeiçoa às modalidades da fortuna de cada época, mas existe em nós o raro espírito de nos sentirmos contentes com o que temos, e ao mesmo tempo de redobramos de esforços quando a dificuldade aumenta e também o de sermos generosos na riqueza e corajosos na adversidade.

Vivemos a vida em tôdas as suas alternativas, mas não fazemos nenhuma restrição ao espírito patriótico de cada geração. Cremos sinceramente que cada um cumpriu o seu dever, e se algumas épocas nos foram adversas aí se deve ver a força invencível dos acontecimentos, as desventuras que assombra e esmagam os povos, e nunca desfalecimentos da alma nacional.

A nossa vida de projecção não nos diminue. Cêdo pensámos que nenhum país pode e deve viver isolado dos outros países, e muito menos organizar a sua vida na base da miséria ou da desgraça alheia e que, pelo contrário, é da prosperidade de todos que resulta a prosperidade de cada um. A estas ideias nos mantivemos fiéis em tôdos os tempos. Por isso podemos dizer com orgulho, que fomos em tôda a História elemento útil, pequeno ou grande, conforme as épocas, da solidariedade internacional e nunca elemento perturbador.

Tivemos com os outros povos aquêles conflitos que a História refere, mas sempre os procurámos resolver com a justa compreensão dos direitos e deveres recíprocos e chegámos a êste tempo, podendo considerar tôdas as nações como amigas, sem qualquer reserva nem ressentimento e sendo certo também, que nenhuma se deverá considerar agravada de nós.

Estamos em 1940; há oito séculos que existimos e a mesma fé dos nossos maiores anima e inspira os nossos actos. Desejamos ser elo útil e construtivo na cadeia das gerações, e queremos que o contributo que pudermos prestar fortaleça o nosso País e seja também prestimoso aos outros povos.

Para isso às intenções havemos de ajuntar as obras e certamente ninguém se poupará a sacrificios, nem apresentará desculpas, nem esconderá atrás de aparências enganadoras egoismos dissolventes.

Um povo, uma Nação, quer dizer muito mais do que um grupo, quer dizer que todos os que a constituem hão-de repartir entre si com justiça os trabalhos e os benefícios e tudo se há-de aceitar sempre de boa mente.

Procedendo assim, nós não excederemos nenhuma das gerações passadas, mas sere-mos certamente lembrados no futuro e as gerações que vierem hão-de deter-se um pouco na História que fizemos e essa será a mais alta consagração do nosso esforço.

É isto que neste tempo comemoramos. Estaríamos em festa e cheios de júbilo se o Mundo não sofresse neste momento uma das suas grandes crises. Não esquecemos nem fechamos os olhos a tão grande desventura, mas tendo o dever de recordar o que fomos e, prestada sincera homenagem à dor alheia, é com enorme orgulho que lembramos os factos da nossa História e a vida da nossa gente.

Estão aqui os altos funcionários da Nação, os que a representam, e tôda uma assistência brilhante, mas a projecção desta hora não cabe nesta casa. A minha palavra que é a sua expressão transpõe estas paredes e será ouvida em cada canto da terra portuguesa do Continente ou do Ultramar, e em cada coração de português aonde quer que êle se encontre. Êste dia é de todos porque cada um, quem quer que seja, representa uma família, um nome do passado, modesto ou nobre, celebrado ou desconhecido, alguém que na sucessão dos séculos serviu o seu País com préstimo, brilho e heroismo.

E, para terminar, Senhores:

Recordemos todos os que viveram antes de nós, evoquemos a sua memória e admiramos o sulco que deixaram na terra, inclinemo-nos ante a sua obra e ratifiquemos a promessa que êles tantas vezes fizeram de permanecer fiéis à sua fé patriótica; e, juntando a nossa aspiração viva à sua aspiração já agora espiritual, ergamos os corações para Deus e solicitemos para a terra portuguesa a sua eterna protecção.

SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLEIA NACIONAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS DR. JÚLIO DANTAS

Cabe-me a honra de usar da palavra na qualidade de presidente da Comissão Executiva dos Centenários, em cujo nome falo ao País.

Dirijo-me em primeiro lugar a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República. Não somente ao homem, a cujas excelsas virtudes presto a homenagem do meu respeito, mas ao Chefe do Estado, que neste momento representa, para todos os portugueses, o símbolo da continuidade histórica da Nação. Há oitocentos anos nasceu Portugal, pequena monarquia agrária que havia de converter-se, pelo seu esforço quasi milenar, num dos maiores impérios que o Mundo conheceu. São esses oito séculos de história que eu saúdo em Vossa Excelência, Senhor Presidente da República; oito séculos de heroísmo, de sacrifícios, de sofrimento, de audácia, de epopeia, de fé; oito séculos, cujas glórias nos revestem como uma armadura e nos iluminam como um clarão. Na hora solene que estamos vivendo, Vossa Excelência não é para nós apenas o primeiro magistrado da Nação portuguesa; é a síntese viva, é a imagem augusta da Pátria.

Senhor Cardial Patriarca:

Ao dirigir-me a Vossa Eminência eu não posso esquecer a acção da Igreja na obra da fundação, da consolidação e da expansão da nacionalidade. Na nobre figura de Vossa Eminência e na púrpura que o envolve, não é só o eminentíssimo Cardial Patriarca de Lisboa que eu vejo, ainda há pouco cercado do esplendor do velho cerimonial joanino; vejo o Cardial Guido de Vico, que há oito séculos, ao assinarem-se as pazes de Zamora, foi o padrinho e o protector do reino que nascia; vejo os bispos e os arcebispos batalhantes, que conduziram as almas com o fulgor do seu báculo e alargaram Portugal com os golpes da sua espada; vejo os missionários que propagaram a Fé, que levaram a todos os continentes a voz da Civilização cristã, e que, para além do Império temporal, obra de César, dilataram o Império espiritual, obra de Deus. A cruz de ouro de Sancho I, junto da qual, ainda agora, Vossa Eminência pronunciou a sua oração admirável, tornou-se de tal modo grande no decurso dos tempos e das gerações, que os seus braços gigantescos cobriram e abraçaram o Mundo.

Senhor Presidente do Conselho:

Deve-se a Vossa Excelência mais do que a iniciativa, a concepção, em linhas magistraes do jubileu nacional que hoje se inicia. Tudo o que nesse jubileu houver de belo e de grandioso, a Vossa Excelência exclusivamente pertence. Senhor Presidente, as pátrias

não são criação apenas das armas. Nas linhas de força que marcam a evolução das nacionalidades, não há somente o heroísmo guerreiro indispensável à conquista e à defesa do território; há também o heroísmo pacífico — tantas vezes maior ainda! —; há o esforço construtivo e produtor; há as energias fecundas que valorizam a terra e a grei; há o direito, expressão da força que permanece; há o pensamento, criador das actividades políticas, da organização social, do desenvolvimento económico dos povos. As nações fazem-se com a espada; mas conservam-se com a toga. Nesta hora em que a Nação se volta para o passado, Vossa Excelência, Senhor Presidente do Conselho, evoca no meu espirito o longo friso dos doutores e dos chanceleres de Portugal, que desde Pedro Amarelo, desde o chanceler Julião, desde João das Regras — cujas murças de Montpellier e de Bolonha se adivinham ainda na névoa longínqua do tempo — formaram a consciência jurídica de um povo e construíram, pedra a pedra, uma Pátria. Vossa Excelência pertence a essa nobre estirpe. Se os mortos vivem para além das formas corpóreas e imperfeitas; se é verdade que a sua voz nos fala e o seu impulso nos conduz, eles de-certo lhe terão dito já, naquela linguagem silenciosa que é a eloquência das sombras:

— Amigo, nas tuas mãos firmes repousa uma herança de oito séculos!

Senhores presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa:

Cabendo-me o encargo de dizer ao País, em nome da Comissão Executiva dos Centenários, o que representam e o que significam as celebrações do Ano Aureo, dirijo-me a Vossas Excelências, o que para mim constitui singular honra. Se é certo que o tempo consagra a nobreza das instituições, as duas Casas a que Vossas Excelências exemplarmente presidem — poucas vezes tão altas funções terão sido exercidas com tão perfeita dignidade! — devem com razão envidecer-se dos seus pergaminhos; devem sentir que brotaram das raízes profundas da nacionalidade; que no seu corpo moderno palpita uma alma antiga; e nesta hora em que Portugal recorda os fundamentos históricos da sua própria existência não esquecerão de-certo, uma e outra — Assembleia Nacional e Câmara Corporativa — que nelas se encorporam três elementos tradicionais da velha monarquia orgânica: as Côrtes, os concelhos e as corporações. Saúdo em Vossas Excelências, senhores presidentes, essa nobreza remota e esse passado imortal! A todos nós é grato, neste momento, recordar as velhas Côrtes de Coimbra de 1211 — nossas arquiavós — côrtes ainda de dois «braços» apenas, ao mesmo tempo sínodo de bispos austeros e capítulo de guerreiros bárbaros; as Côrtes da alcáçova de Leiria, de 1254, em que pela primeira vez, consciente dos seus direitos, teve voz o povo; os antigos concelhos, pequenas repúblicas orgulhosas da sua tradição romana

e das suas liberdades municipais, abraçadas à carta de foral como a um evangeliário; as grandes corporações — Sés, Cabidos, Ordens monásticas e militares, Universidades, claustros sumptuosos de expressão a um tempo nacional e universal; as corporações medievais de artes e ofícios, minúsculas potências económicas filhas dos colégios pompilianos, das gildas germânicas, da expansão municipalista e da fraternidade cristã. Tudo isto vive ainda na alma do povo português; tôdas estas sombras tutelares constituem o património da nossa tradição política; o conceito de «corporação» informa tôda a concepção actual do Estado organização jurídica da Nação unitária e corpo-

dores, que juncaram os campos de batalha, que morreram no horror dos naufrágios, que afrontaram todos os perigos, tôdas as provações, tôdas as calamidades — para que nós, portugueses de 1940, pudéssemos estar hoje aqui!

Minhas senhoras e meus senhores:

Nós estamos hoje aqui para lavrar a nossa certidão de nascimento e de baptismo. Chamamo-nos Portugal e nascemos há oito séculos. Em que ano? Vejamos. Em 1128, quando a separação da mãe rainha e do filho infante traduz, num símbolo dramático, a separação definitiva da Galiza e da Província portu-



CHEGADA A LISBOA DA EMBAIXADA ESPECIAL DO BRASIL ÀS COMEMORAÇÕES CENTENARIAS

rativa; até as mesmas palavras arcaicas definem as novas magistraturas. Como no século XIII, quando pela primeira vez os concelhos mandaram procuradores às Córtes; como no século XIV, quando os procuradores das Casas dos Vinte e Quatro começaram a assentar-se nos escabelos municipais, — nós, senhor presidente da Câmara Corporativa (Câmara a que tenho a alta honra de pertencer), sômos ainda os procuradores; a nossa função sente-se ennobrecida pela poeira do tempo; e, por mais que nos extirpe a aristocracia do berço ou da cultura, todos nós somos povo, todos nós descendemos daquele mesmo povo dos concelhos de que a Nação brotou, húmus vivo, massa fecunda, confusa e ardente, multidão ancestral de heróis sem nome, que sofreram, que lutaram, que trabalharam, que experimentaram o calvário de tôdas as

galense? Em 1139, quando os barões, fiéis à tradição do código visigótico, elegem o rei e o levantam nos escudos? Em 1140, quando começam a surgir (com uma ou duas excepções apenas) os diplomas em que Afonso Henriques se intitula rei? Em 1143, data do reconhecimento *de jure* pelo suzerano Afonso VII de Leão? Em 1179, data da bula em que o papa Alexandre III confirma a posse do reino e o título real à estirpe de Borgonha? O que importa, para fixar o momento da fundação da nacionalidade, não é a existência de direito; é a existência de facto. E a existência de facto (tanto quanto nos permite afirmá-lo a origem imprecisa das nações medievais) verifica-se a partir de 1140. Porque se formara já — nesse recente condado de limites territoriais flutuantes — uma forte consciência nacional? Seria ousado supô-lo. Mas já

havia um rei, e já havia um reino. Fixemos pois pragmatisticamente em 1140 o aparecimento da Nação portuguesa — e festejemos essa data, hoje e no decurso das gerações. As nações, como os homens, precisam de saber quando nasceram. Que os pedagogos repitam às crianças, que as mãis murmurem aos filhos: «1140»! O que importa, nas grandes datas nacionais, é o potencial de energias que elas traduzem. Celebrar 1140, é celebrar o milagre da nossa continuidade histórica; é afirmar a força vital de uma Nação que, desde que se constituiu até hoje, manteve — pode dizer-se ininterruptamente — a sua unidade política e a sua expressão territorial. Durante oitocentos anos, todas as nações da Europa se transformaram; todas elas sofreram, no caos obscuro de forças em que se gera a história, modificações mais ou menos profundas: Portugal, porém, permaneceu igual a si mesmo, espectador oito vezes secular dos incêndios, das devastações, das tempestades do Mundo, como se a sua couraça indestrutível fôsse a própria mão de Deus. Eis o facto primacial, eis o acontecimento transcendente que nós hoje comemoramos.

Mas, meus senhores, não basta ter vivido oito séculos. A velhice, por si só não constitue título de glória. É preciso ter vivido por alguma coisa e para alguma coisa. Portugal perdurou, resistiu, afrontou as próprias leis inflexíveis da absorção megalostática, conseguiu realizar, através de oitocentos anos de convulsões europeias, o prodígio da sua unidade e da sua continuidade, porque representou uma ideia-força; porque criou uma obra; porque construiu um império; porque propagou uma fé; porque o seu braço armado de ferro abraçou todos os continentes; porque a artilharia das suas naus troou em todos os oceanos; porque foi enfim, um instrumento de domínio e um factor de civilização. O nosso legítimo orgulho não consiste em ter durado, mas em ter vivido, no sentido dinâmico e triunfal que a palavra «viver» tem para os povos fortes. Não comemoramos hoje apenas o 8.º centenário da Nação portuguesa — mas também o 4.º centenário da sua imensa, da sua deslumbrante projecção no Mundo. Com efeito, em 1540 pode marcar-se o fastígio da nossa expansão imperial. Milhão e meio de portugueses — não era maior a população da *Jons gentium* do século XVI — tinham-se tornado senhores da navegação, da conquista e do comércio universal. Deslocara-se das nações mediterrâneas para as atlânticas a hegemonia comercial da Europa. Surgira a Holanda; surgira a Grã-Bretanha. Lisboa, doirada Cosmópolis, convertera-se na Veneza do Ocidente. Nas mãos nobres de D. João III, como uma jóia, repousava a esfera armilar manuelina, imagem de um dos maiores impérios do Mundo. Duplo centenário, dissemos nós a princípio. A expressão não parece exacta. Antes «múltiplo centenário», tão rico de efemérides históricas é para nós este ano de 1940. Não podemos esquecer que, há precisamente quatro séculos, chegava a Lisboa o futuro apóstolo das Índias, S. Francisco Xavier, e se intensificava a obra missionária portuguesa no Extremo Oriente. Não podemos esquecer, também, que em 1640 Portugal se reintegrou na plenitude da sua independência política, depois de sessenta anos de colapso das liberdades nacionais. Não podemos esquecer, enfim, que em 1340, na batalha do Salado, Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal, gigantes de ferro sobre cavalos de ferro, salvaram para sempre a Espanha cristã. «Felizes os povos que não

têm história», — disse um dia alguém. Não! Não ter história é quasi não ter nome; é quasi não ter pátria. Felizes, ao contrário, os povos que têm história — porque lhes é dado o júbilo de a recordar. Felizes os povos que têm história porque ela constitue a fonte profunda e inesgotável das suas energias morais; porque, na hora do combate, ela os reveste de armas refulgentes; porque, a cada passo que dão, sentem, atrás de si, o rasto da sua própria imortalidade. O que é a vida, senão a história que começa? O que é a história, senão a vida que continua?

Não durámos; vivemos. Durante pelo menos um século de imperialismo dionisiaco e faustoso, prestámos alguns serviços à Humanidade e à Civilização. Mas nenhuma nação é apenas produto do seu próprio esforço. Se alguma coisa lhe deve o Mundo, também Portugal reconhece que, para ser o que foi e o que é, muito deveu, desde o berço da Monarquia, ao concurso das nações estrangeiras. Na hora da nossa festa jubilar, nós recordamos o apoio paternal da Santa Sé, concedido logo desde a Fundação, quando o primeiro rei, em 1143, pela declaração *Clavis regni coelestium*, fez o reino censual à cúria romana. As bulas de Lúcio II, de Alexandre III, e, em especial, a buia *Seventatem regiam*, de Inocência III, foram penhor de um afecto que nasceu com a Nação, e que havia de tornar-se sobre todos glorioso na época de D. João V. Lembremo-nos, também, de que o tronco dinástico dos primeiros reis é francês, e de que nas veias de Afonso Henriques corria o sangue de Hugo Capeto e de Roberto II, reis de França. Lembremo-nos, ainda, de que foram os Cruzados ingleses, alemães, franceses, escoceses, flamengos, dinamarqueses, os frisões do conde de Flandres, os anglo-normandos de Ricardo Coração de Leão, que nos ajudaram a conquistar Lisboa e a completar no século XIII a unidade geográfica de Portugal. É-nos grato recordar que a Espanha imortal de Isabel a Católica cooperou connosco na obra dos descobrimentos e das navegações dos séculos XV e XVI; que os archeiros e homens de armas da Inglaterra — nossa aliada fiel desde 1373 — cimentaram com o seu sangue nos campos de Aljubarrota, a liberdade da Nação; que de Génova, de Venesa, de Nápoles nos vieram os primeiros almirantes e os homens que em Sagres, junto do Infante Navegador, contribuíram para a criação da ciência náutica portuguesa; e, enfim, que a Alemanha, a França, a Itália enriqueceram no fulgor do movimento humanista da Renascença, a arte dos nossos templos e as cátedras das nossas universidades. No momento em que nos detemos na visão retrospectiva de um passado que nos ilustra, não podemos deixar de saudar nos seus representantes actuais, aqueles povos da comunidade cristã medieval (verdadeira sociedade de nações, já como tal juridicamente definida no século XIV por Pierre Dubois, jurisconsulto de Felipe o Belo) que assistiram ao nosso nascimento, que nos ajudaram no esforço da reconquista, que caldearam o seu sangue com o nosso na hora da repopulação, e cuja inalterável amizade, ainda hoje, passados oito séculos, constitue para nós motivo de sincero desvanecimento. E não só essas nações, mas aquelas que vieram depois de nós; sobretudo as que formam a rutilante projecção da Ibéria no continente americano, e em especial, o Brasil, nação queridíssima que há quatrocentos e quarenta anos revelámos ao Mundo, obra maravilhosa de portugueses e de brasileiros, povo fraterno

cuja língua é portuguesa, cujo estroma étnico é português, cuja expressão sentimental nunca deixará de ser portuguesa também, e que vem festejar connosco, no esplendor da sua Embaixada, três séculos de vida comum e de história comum. Senhor Embaixador Extraordinário do Brasil! Embora no seio do grande povo brasileiro se tenha criado uma forte consciência americana, embora as duas nações gravitem em órbitas políticas diferentes, embora os brasileiros sejam cada vez mais brasileiros e os portugueses cada vez mais portugueses — alguma coisa de indissolúvel e de eterno nos une; alguma coisa de mais íntimo do que a língua, de mais profundo do que a raça; alguma coisa que o tempo não destrói, que a transplantação não perturba, que os cruzamentos não obliteram e que viverá perpetuamente na memória colectiva das gerações: a História.

A História!

Desde que nos encontramos aqui, está connosco, respira perto de nós uma figura que ninguém vê — e cuja presença todos adivinham. É uma Mulher bela e triste, olímpica e forte. Quando entrou aquela porta, os seus passos tinham a magestade das deusas, o seu pepló e a sua túnica grega a escultural nobreza das estátuas. Sentou-se. Abriu sobre os joelhos um livro de iluminuras: são as «Crónicas» de Fernão Lopes. Na sua face cavam-se oito séculos de sofrimento; no seu olhar resplandecem oito séculos de glória. História augusta, nós somos os teus filhos! Mãe admirável, nós somos a tua obra!

DISCURSO DO DEPUTADO DR. DINIZ DA FONSECA, EM NOME DA ASSEMBLEIA NACIONAL

I

As palavras que nesta esplendorosa abertura cívica das solenidades centenárias vou ter a honra de proferir em nome da Assembleia Nacional, não poderiam faltar a eloquência e a oportunidade que são característica essencial das assembleias políticas e entram até nos seus preceitos regimentais.

A Assembleia Nacional continua a brilhante tradição das assembleias representativas que na vida portuguesa intervieram ao longo de oito séculos da sua história; e por isso a minha voz despertará na imaginação e na consciência dos que me ouvem, sem qualquer merecimento da minha parte, a eloquência atenciosa dos Conselhos do Príncipe, a eloquência consultiva ou impugnadora das Cortes Gerais da Nação, os momentos mais felizes da velha oratória parlamentar, a eloquência batalhadora e decisiva dos alcamentos populares nas horas críticas da nacionalidade.

Imaginal comigo que esta sala se alarga até caberem dentro dela, em surpreendente alegoria, os componentes de todas essas assembleias, cuja acção deixou boa memória e influência salutar nos rumos da vida nacional. Veremos erguerem-se redivivas, tantas dessas figuras que a História nos tornou familiares: os clérigos e ovensais de El-Rei, os chanceleres e conselheiros da Cúria, os condestáveis, os juriconsultos e leistas, todos os forjadores da alma portuguesa que, empunhando o cetro ou a

pena, a espada ou a cruz, souberam dar conselhos prudentes, apresentar razões persuasivas, compor apologias vibrantes, dizer falas incendidas em zelo pelo bem comum, ou buscar os melhores caminhos para sair em sua defesa. A eloquência destas vozes dominará esta noite as minhas singelas palavras, como nela vai colher certamente o ciclo dos centenários os mais oportunos ensinamentos.

II

Vão recordar-se as incertas horas do angustiado Século XII em que Portugal surgiu para a vida das nações.

Era tão semelhante à dos nossos dias a situação dessa Europa medieval, que dir-se-ia recomposto o cenário histórico para a nação portuguesa comemorar mais ao vivo o século oitavo da sua fundação.

A mesma efervescência bélica, grandes movimentos de exércitos e massas populares, mudança semelhante nas relações com o oriente, idêntico despertar de pensamento juvenil movido por audaciosas e aparentemente subversivas aspirações.

Dentro das muralhas dos castelos feudais, um mundo entrara em agonia, e já outro assomava no horizonte dos tempos. A civilização cristã parecia vacilar ante as explosões da força agarena dominante, e todas as energias políticas e sociais se juntavam em cruzadas para a salvar.

Valeria a pena, ou seria mesmo conveniente deixar surgir nessa hora uma nação tão pequena, apoiada em simples orla do Atlântico, sem fortes bases territoriais ou demográficas, exposta ao aniquilamento fatal das poderosas razias muçulmanas e votada ao enfraquecimento do poderio centralizador da península que parecia bem justificado pelo inexorável determinismo racial e geográfico?

O problema apaixonou então os homens responsáveis pelos destinos da humanidade. Não faltavam os defensores do equilíbrio ou selecção natural das grandes potências, obtidos pela força; e raros videntes, instruídos pela filosofia cristã, ousavam afirmar que o direito natural dos povos à sua independência e os serviços que podem prestar à causa da humanidade não dependem das fronteiras geográficas nem da extensão ou riqueza dos territórios por eles ocupados.

De que lado estava a razão?

Nos oito séculos de história que vamos comemorar, encontramos resposta conclusiva.

Sem a independência portuguesa, e o esforço de reconquista da dinastia Afonsina, o império muçulmano teria continuado na terra lusitana; não registaria a Cristandade os triunfos de Navas de Tolosa e do Salado; e o domínio agareno ter-se-ia fixado em terras do ocidente como nas do oriente.

Sem Aljubarrota, não teria existido a escola de Sagres com os seus famosos argonautas; e sem estes, três pequenas embarcações que somariam umas 300 toneladas, com uma tripulação inferior a 200 homens, não teriam escrito sobre o dorso das ondas uma das páginas mais fulgentes da epopeia da humanidade: a descoberta das Índias.

Sem essa escola, o império mourisco da África não se teria abatido, a civilização cristã peninsular não chegaria a consolidar-se, a expulsão de Granada e as decisões vitoriosas de Lepanto e Matapão

não teriam passado de aspirações; numa palavra, teria sido impossível a hegemonia fecunda do continente europeu. Sem essa escola, não teriam podido formar-se os descobridores da América; sem a Corte de Lisboa e a Universidade portuguesa do século XVI, com a sua doutrinação teológica e política, teria sido historicamente impossível lançar as bases da civilização brasileira, orgulho da mãe pátria e radiosa esperança da nova época da humanidade, da nova romanidade atlântica que a Europa está dando à luz entre veias abertas e angústias mortais.

Qual virá a ser a fisionomia desta nova civilização?

Não é ainda possível adivinhá-la.

Por detrás dos desmoronamentos políticos, económicos e financeiros que anunciam a agonia do mundo envelhecido, apenas entrevemos nesta hora uma luta exasperada entre aspirações nacionalistas e internacionalistas, que, parecendo antagónicas, obedecem no fundo à mesma necessidade: a de encontrar a unidade perdida, na ordem interna como na internacional.

Tanto uma como outra aspiração são justas, uma e outra obedecem às exigências superiores e inelutáveis de toda a ordem humana, que só na unidade pode encontrar perfeição e repouso; mas nem o nacionalismo nem o internacionalismo as poderão alcançar ou satisfazer pelo caminho, em que se perderam, dum simples centralização política, absorvente e esmagadora.

A dialectica materialista ou o panteísmo sociológico que na ordem social e política se propõem substituir o ideal transcendente da filosofia cristã, tentando apoiar em ideias falsas e instituições desumanas essas justas aspirações, ameaçam apenas converter em luta de extermínio o conflito surgido entre elas.

Pois ainda aqui as comemorações portuguesas poderão oferecer oportuno modelo de conciliação a essas duas nobres mas desvairadas aspirações, mostrando à luz da realidade histórica, a mais perfeita unidade nacional que a Europa pôde conhecer, posta ao serviço dum universalismo que abraçou a terra, e tão desinteressado, que a nação se diria esquecida de si mesma e o seu império votado ao serviço de um ideal de que o mundo inteiro viria a recolher o maior proveito.

III

Esta lição é oportuna sobretudo para a geração portuguesa que, nesta hora de angústia humana, chega às responsabilidades da vida.

Há perto de um século que um grande português, debruçado sobre a eloquência das Velhas Cortes Gerais da Nação, escreveu, no limiar da obra que lhes consagrou, esta sentença:

«O estudo do passado e dos monumentos que nos precederam é a ocupação mais digna e mais filosófica dos homens de bem».

É esse estudo, feito ao vivo, que o ciclo dos centenários val oferecer à geração que sobe. Na história viva como em espelho de magia, poderá contemplar melhor a figura da Pátria até deixar-se apaixonar por ela. Paixão de amor verdadeiro que supõe união e fecundidade. União nos ideais, fecun-

didade na multiplicação dos sacrifícios e virtudes de que nasceram tantos feitos e glórias; feitos e glórias que foram — não o podemos esquecer — fruto de trabalhos constantes, de lutas porfiadas e de cruentos martírios. Assim, e só assim, se realizaram aqueles de que vamos fazer luzida comemoração; e aqui repousa a maior oportunidade e valor cívico das festas centenárias.

Seria muito pouco evocar na penumbra dos castelos medievais as figuras armoriadas dos antigos cavaleiros, ou recordar no cenário majestoso de ridentes paisagens provincianas, passos da história de algum dia; nesta hora, em que novas lutas, novos perigos e incertezas surgem ao nosso encontro, as festas centenárias visam mais alto, querem mostrar que por amor da Pátria estamos dispostos a passar os mesmos trabalhos, a travar as mesmas lutas e até a sofrer idênticos martírios; querem significar que não desistimos de escrever novas páginas de história, dignas de figurar também com ufania nas comemorações que hão-de promover pelos séculos em fora os que vierem depois de nós.

DISCURSO DO PROCURADOR DR. ABEL DE ANDRADE, EM NOME DA CÂMARA CORPORATIVA

A Câmara Corporativa, revestida das suas galas esplêndidas, associa-se com júbilo à comemoração centenária da Fundação da Nacionalidade Portuguesa e da Restauração da sua Independência que é cântico alegre das Grandezas e Glórias de Portugal.

Esta comemoração festiva faz perpassar diante dos olhos deslumbrados de portugueses e estrangeiros quadros históricos de indizível beleza moral ou de indiscutível grandeza épica, que são verdadeiras águas fortes da epopeia lusitana.

A fundação e a consolidação da nacionalidade, em seguida à expulsão das hostes sarracenas, realizada sob os auspícios da Santa Igreja e das suas autoridades, imprimiu à nascente sociedade portuguesa a característica indelével da civilização cristã. Sentimos palpitar essa adorável floração do espírito nas pedras das nossas igrejas, nos cruzeiros que alumiam os caminhos mais ínvios, nas ingénuas canções do povo, nas joias da ourivesaria, nas tábuas dos mestres pintores da Escola Portuguesa, nos piedosos retábulos dos mosteiros, nos pergaminhos e abundante floração bibliográfica dos sec. XV e XVI. E essa civilização cristã, cheia de luz, tem subsistido sempre em Portugal através de todas as vicissitudes e por vezes no meio da luta terçada em campo raso contra o espírito das trevas.

O engrandecimento do reduzido território do Condado Portucalense, à custa da dominação mussulmana e do Reino de Leão, nas condições em que foi realizado, — revela em D. Afonso Henriques um audacioso guerreiro da Idade Média, o hábil político, o devotado patriota.

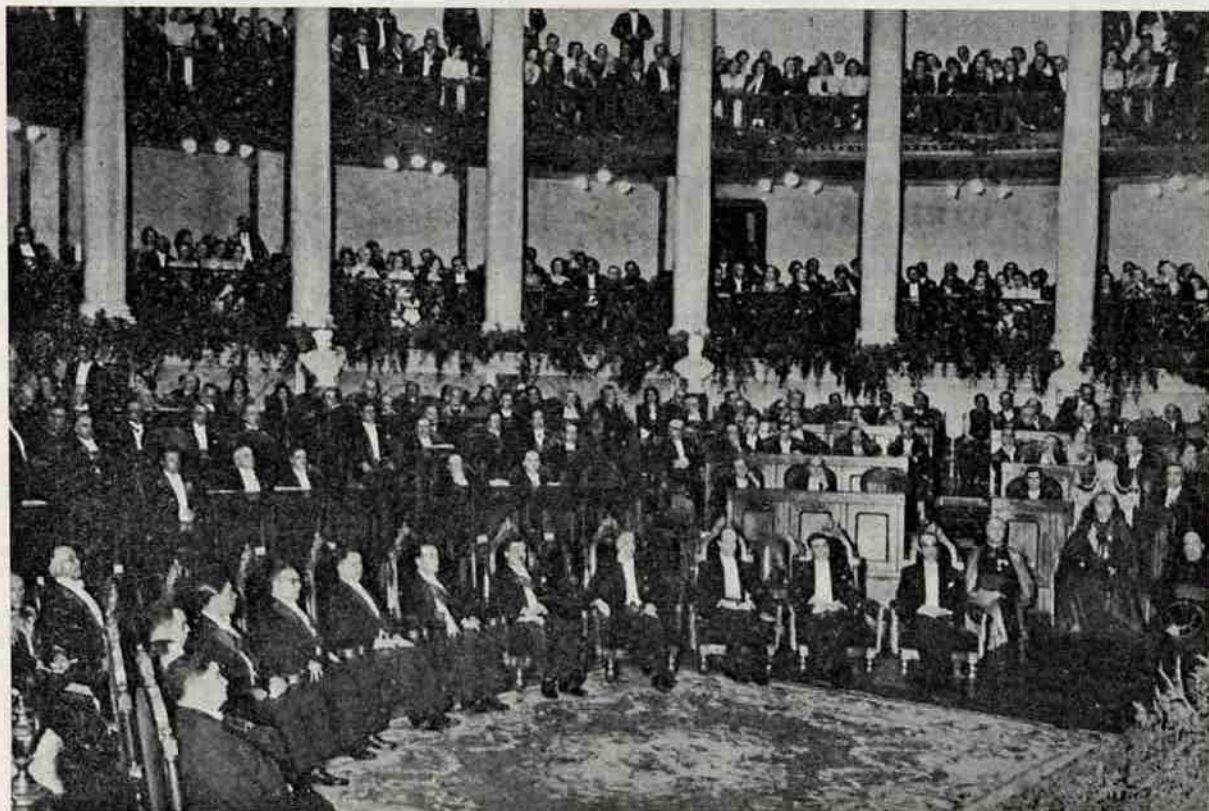
Aos 14 anos de idade, à semelhança do que faziam os reis, arma-se cavaleiro na Catedral de Samora, e «fervendo-lhe no peito o duro Marte» nos feitos em que peleja, na batalha de Ourique e nos assédios de Santarém e de Badajoz, ajoelha, reza,

brada por Santiago e pela Virgem, «fere, mata, derriba e denodado».

Político astuto aproveita a dissídia entre as seitas mussulmanas para disputar aos infieis a posse de terras extensas e feracíssimas; e elimina todos os obstáculos que poderiam ensombrar a independência de Portugal, colocando a Nação sob a vassalagem do Sumo Pontífice, cuja supremacia política era ao tempo considerada princípio fundamental do direito político da Europa Cristã e fonte da legitimidade e do poder dos reis.

Diversas causas, e entre elas avultam, como diz

o livro, que se chama a História Trágico-Marítima, regista e imortaliza os prazeres e as dores, as alegrias e as tristezas, os triunfos e os martírios do navegador ousado, como Manuel de Sepúlveda, «liberal, cavaleiro, enamorado», capitão do Galeão Grande São João, que... «por derradeiro foi acabar sua vida, e de sua mulher e filhos em tanta lástima, e necessidade entre os lugares, faltando-lhe o comer, e beber e vestir». E passou tantos trabalhos antes da sua morte, que não podem ser cridos, como termina o cronista, se não de quem lhos ajudou a passar.



ASPECTO DA SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLEIA NACIONAL, NA NOITE DE 2 DE JUNHO

o cronista, «o grande desejo de acrescentar em a santa fé de nosso Senhor... e trazer a ella todallas almas que se quisessem salvar», abrazaram os portugueses na obra dos descobrimentos marítimos. A Vasco da Gama faz dizer o poeta imortal estas palavras dirigidas à Providência, à Guarda Divina: «Pois só por teu serviço navegamos».

Fomos navegadores intrépidos, descobrimos e avassalámos grande parte do globo. As nossas caravelas, em derrotas heróicas, sulcaram os mares em tódas as direcções. Mas esse poético e funera-

E não é diversa a odisseia de tantos e tantos navegadores portugueses!

Mas, se enaltece o nome de Portugal descobrir as terras maravilhosas, exalça a sua glória a colonização, a civilização do Brasil. Termina a derrota de Álvares Cabral, começa o povoamento, surgem as feitorias, aparecem as fazendas. As colónias imigrantes entram na espessura do sertão; a agricultura, o comércio, as minas, a sede de ouro, a submissão do índio à disciplina forte do jesuíta completam a obra da colonização. E, depois de firmada a

solidariedade comum no esforço para expulsar os invasores nos sec. XVII e XVIII, um pequeno acidente consagra a Independência. Desenha-se um Estado a mais na carta política do mundo e o nome de Portugal é gravado em caracteres inapagáveis na História da civilização universal.

Como fulguram as letras de fogo da legenda áurea, escrita com o sangue dos mártires, pelos «Cavaleiros da Cruz», no firmamento da Pátria Portuguesa!

E o poema heróico das nossas missões religiosas, que assistiram, quando não dominaram, as auras magníficas de tantas e tão gloriosas nações!

E como tem sido tecida de sorrisos e lágrimas, de dolorosas angústias e de divinais alegrias, a gloriosa coroa dos esforçados «Ventureiros do Céu»!

O jesuíta Francisco Cardim, ao propor-se descrever os mártires dos religiosos da Companhia, intitula o seu livro «Elogio e ramalhete de flôres borri-fado com o sangue dos religiosos da Companhia de Jesus».

E começa o poema por estas palavras, que não podem ser lidas sem lágrimas na voz entrecortada de soluços: «Faltam as cartas anuais do Japão, porque faltarão ao mãos que antes as escrevião; nem estas jámais faltarião se a espada do tirano as não decepara».

«Os religiosos da Companhia de Jesus, huns vivos sepultados em covas, outros estendidos em cruzes, outros despedaçados com as catenas, outros desfeitos em cinzas nas fogueiras, acabarão seu curso felicíssimo».

E não são escritos noutra linguagem os cantares dos missionários portugueses, nuncios insubstituíveis do Nome e da Soberania de Portugal, audaciosos pregadores da civilização cristã.

Nos sec. XV e XVI decorre o período heróico da Nação Portuguesa.

O Infante D. Henrique organiza e dirige do Promontório de Sagres os temerários e ousados navegantes atraídos pelos mistérios e lendas do oceano.

Gil Eanes, Pero da Covilhã, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, e Álvares Cabral são os maiores nomes da assombrosa epopeia das nossas aventuras por terra e por mar.

Estudantes portugueses, subsidiados com bôlsas de estudo, freqüentam as mais afamadas Universidades: professores portugueses exercem o magistério nas cátedras das primeiras escolas do mundo.

Diogo de Gouveia, o Velho, chega a ser Rector da Universidade de Paris, que era ao tempo a Universidade de todo o mundo culto. A seu irmão André de Gouveia, Principal do Colégio de Santa Bárbara, denominou Montaigne o mais Principal de toda a França.

Sob o signo de Astrôa florescem nesta idade de ouro as ciências, as letras e as artes.

Nos Paços da Alcáçova de Lisboa e na própria câmara da Rainha D. Maria, representa-se, em seguida ao nascimento do futuro Rei D. João III, a primeira «obra de devoçam» do Mestre Gil, o Auto da Visitação.

Sã de Miranda, vivificado pelas ideas fortes do renascimento italiano, abre novas sendas às letras pátrias.

E no ano de 1572 Luís de Camões, propondo-se cantar com tuba mantuana e eloquência homérica

os feitos ilustres dos portugueses, erige em honra da Pátria um monumento imperecível. Grava-lhe no pórtico o nome da epopeia: «Lusiadas», que só por si é um cântico de glória.

Nestes dias da sua mais culminante grandeza teve Portugal a proeminência entre tôdas as Nações da Europa.

Mas na vastidão do Império estavam implícitas as causas da sua ruína. Ficou eternamente gravado nos Lusiadas o lúgubre epitáfio da nossa decadência:

Nó — mais, Musa, nó mais que a lira tenho
Destemperada, e a voz enrouquecida;
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.

O favor em que mais se excede o engenho,
Não n'ô dá a pátria, não que está metida
No gôsto da cobiça e na rudeza
Duma austera, apagada e vil tristeza.

E não se fez esperar a expiação dolorosa. O sonho da Quinta Monarquia custou a vida ao moço Rei no dia fatal de Alcácer Quibir. E dois anos volvidos, em 1580, Portugal perde a sua Independência. Nesse mesmo ano emudece para sempre o cantor das armas e dos varões assinalados.

Na escola do sacrifício, que caracterizou o nosso cativo de sessenta anos, foram apurados os mais delicados sentimentos que constituem o Amor da Pátria.

Os portugueses da decadência, deslumbrados pelas riquezas de Além Mar, pelo ouro do Novo Mundo, apenas consideravam a vida um instrumento de prazer. Os campos jaziam incultos e maninhos. A indústria e o comércio definhavam. Praças africanas eram abandonadas. Chegavam a Lisboa rumores da decadência das Índias.

Mas quando os nossos antepassados começaram de sentir amargurados o jugo estrangeiro, e viram que as rendas do Estado eram distraídas para côrte faustosa que não era sua, e que os mancebos lusitanos, arrebatados em terços, eram obrigados a derramar sangue, que era português, em guerras que não interessavam Portugal, e que possessões da Africa, da Asia e da América passavam, por falta de socorro, ao domínio de nações estrangeiras, os portugueses tinham encontrado de novo o sentimento da independência nacional e sentiam-se dispostos a oferecer no Altar da Pátria o sacrifício heróico das fazendas e da sua própria vida.

Estava feita a revolução.

No dia 1 de Dezembro de 1640 Portugal ergue-se como um só homem, reivindica a liberdade e a independência, restaura o direito conculcado, mostra ao mundo a pujança da sua coragem e valentia, sacode animosamente o jugo do invasor, restabelece a liberdade na Europa, na Asia, na Africa e na América, coloca no trono de Portugal o Duque de Bragança, D. João IV.

E a galhardia com que Portugal fez o milagre da Restauração da sua Independência!

E como os portugueses, levando o esforço próprio até ao temerário heroísmo, e o cumprimento do dever até ao sacrifício supremo, selaram o mila-

gre da Restauração com o sangue derramado em Montijo e nas linhas de Elvas, no Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros!

Nestes dias festivos em que, legitimamente envaidecidos, nos revemos na nobreza da nossa linhagem, cada um de nós, que teve a ventura de ver a luz primeira neste abençoado rincão da Terra Portuguesa, recordando os dias gloriosos da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da sua Independência, pode repetir com legítimo orgulho a exclamação do Poeta: «Esta é a ditosa pátria minha amada».

Sr. Presidente da República:

O viajante, que em formoso dia de Julho, cheio de sol e da claridade de límpida atmosfera, ascende ao Monte Branco, experimenta um bem estar inebriante, uma alegria inefável, sente-se quasi suspenso entre o Céu e a Terra. Respira o ar forte e oxigenado da montanha, contempla a seus pés o branco tapete das neves eternas, vislumbra na linha do horizonte as grandes montanhas da Europa, todos os Satélites do Monarca.

Ainda não atingimos, não, o cimo da nossa Colina Sagrada. Vamos subindo, dirigidos por guias experimentados — coluna de fogo durante a noite, coluna de nuvens durante o dia — as escarpadas rochas do nosso Sacrifício. Somos a geração do Resgaste. A dedicação e ao sacrifício dos chefes vai correspondendo a dedicação e o sacrifício da gente lusa.

Nos momentos de desânimo anima os mais tíbios a contemplação alegre dos caminhos percorridos, das batalhas ganhas, das ascensões feitas...

— Orçamento equilibrado. Política do Espírito. Ordem Civil. Assistência social. Obras de fomento. Organização corporativa da indústria. Integração justa do capital e do trabalho. Nacionalização da dívida. Reintegração de Portugal na sua tradição cristã...

Cobrado novo alento e reparadas as forças com o deslumbramento desta visão e docemente embaçados pelos cânticos alacres da mocidade, prosseguimos todos, com mais decisão e vigor, o hercúleo esforço da nossa gloriosa emancipação, animados ainda pela consciência do dever cumprido e pelas autorizadas palavras dos chefes.

Continuamos a ascensão da Colina Sagrada...

Ainda não atingimos — não! — os últimos degraus da Escada de Jacob; mas começamos de sentir a brisa suave das altas planícies e divisamos ao longe, iluminadas pelos primeiros raios do sol que desponta, entre as ténues brumas da alvorada, as mais altas palmeiras da Terra da Promissão.

Já podemos contemplar neste ridente ano jubilar, face a face, sem corar de vergonha, erectos, com a dignidade de portugueses, que sabem cumprir o seu dever — *servir, servir e servir alegremente* a Pátria, os grandes homens da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência Nacional!

Senhor Presidente da República:

A esta festa jubilar, promovida pelo Governo e celebrada pelo escol da sociedade portuguesa na

política, letras, ciências e artes, assistem em espírito os Heróis da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da sua Independência. Comungamos todos, nós e eles, na mesa eucarística da Pátria muito amada. Vivem os nossos epígonos esta hora magnífica no meio de nós. Dominam os movimentos dos nossos corações. Excitam as ternas emoções das, nossas almas. Assistem todos.

É a magestosa ronda dos Heróis de Portugal.

D. Afonso Henriques. Erige a Nação Portuguesa no Campo de São Mamede no mesmo dia em que desbarata as hostes adversas, e consolida a Independência de Portugal no combate de Vale de Vez, na Conferência de Samora e com a protecção do reino prometida por Júlio II e o título de Rei reconhecido por Alexandre III. Sem D. Afonso Henriques não existiria hoje a Nação Portuguesa, e, por ventura, nem sequer o nome de Portugal.

Os Arcebispos de Braga D. Paio Mendes e D. João Peculiar e o Bispo do Pôrto, D. Pedro.

D. Paio Mendes — um dos chefes da revolta contra os partidários de D. Teresa.

D. João Peculiar — o negociador da Conferência de Samora que reconhece a D. Afonso Henriques o título de Rei.

D. Pedro decide os cruzados dos navios ancorados no rio Douro a cooperar com as forças do Rei na conquista de Lisboa; acompanha-os, com D. João Peculiar, na viagem por mar até àquela cidade; apresenta-os a D. Afonso Henriques; e sómente os abandona depois da rendição da cidade.

Paio Guterres — valente e garboso cavaleiro, o destemido alcaide colocado à frente da guarnição do Castelo de Leirena destinado a proteger a fronteira meridional, a cortar aos infiéis a estrada de Coimbra e a servir de base militar contra as praças mussulmanas do sul.

Mem Rodrigues — o herói da conquista de Santarém!

Giraldo sem Pavor — uma figura de epopeia, o aguerrido cabo de guerra que em dois anos toma Trujillo e Évora e Cáceres, os castelos de Montañez, de Serpa e de Jerumenha!

Gonçalo Mendes da Maia — ilustrado por tantas pelejas, sobre cujo heroísmo, revelado na luta contra os mouros nos campos de Beja, o imenso poeta, que é o povo, teceu de fios de ouro a lenda do *Lí-dador e os seus cavaleiros*.

Sesinando Rodrigues e João Barradas, Juiz e Escrivão do Povo, — os precursores da Restauração — que atearam na cidade de Évora o incêndio da revolta popular alastrada em breve por terras de Alentejo e do Algarve!

D. João IV, o político de bom senso, prudência, firmeza e tenacidade, o Príncipe e Rei piedoso e justo, que, pela sua admirável acção diplomática, acertadas decisões, e incansável trabalho na organização da defesa nacional, torna possível o milagre da Restauração de Portugal e converte em realidade histórica, que vive há trezentos anos — e não mais perecerá! — uma aventura heróica que poderia ter sido jugulada pelas forças inimigas.

Matias de Albuquerque, Governador do Alentejo. Desbarata as forças do Marquês de Torrecusa, um dos melhores cabos de guerra de Filipe IV, na façanha contra o Castelo de Ouguela. Cobre-se de esplendor com os louros colhidos na batalha de

Montijo, a primeira das grandes acções militares na guerra da Restauração!

Os juriconsultos João Pinto Ribeiro, António de Sousa de Macedo e Francisco Velasco de Gouveia.

João Pinto Ribeiro, modelo de sabedoria, lealdade e dedicação. Ainda sob o domínio de Filipe IV condena publicamente os fidalgos e soldados portugueses não militares, que, atraídos por dinheiro e promessas, combatiam em terras de Flandres.

António de Sousa Macedo, distinto por suas letras e talentos, o autor da Lusitânia Liberata — a demonstração jurídica da legitimidade de D. João IV. Secretário da embaixada enviada a Inglaterra, escreve a notável Memória sobre os direitos do Duque de Bragança à Coroa de Portugal, que decide Carlos I a reconhecer pela primeira vez D. João IV como Rei de Portugal e a declarar ao embaixador D. Antão de Almada que desejava muito renovar com El-Rei as amizades que os seus antepassados sempre tiveram com o Rei de Portugal.

Francisco Velasco de Gouveia. Por incumbência dos Três Estados escreveu a Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV, para comprovar o Assento votado nas Córtes de 1641 — a irrevogável sentença do reino a favor da Restauração.

D. Filipa de Vilhena, a Condessa de Atouguia. Informada do plano da Restauração, arma cavaleiros os seus dois filhos, D. Jerónimo de Ataíde e D. Francisco Coutinho, ao entregar-lhes as espadas, exortava-os a mostrarem-se dignos de seus avós, pelejando corajosamente pela Pátria!

Assistem a esta consagração jubilar todos os Heróis da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência de Portugal.

Agradecem a justiça que lhes é feita com esta fulgurante apoteose, que é também, neste conturbado momento da história do mundo, uma sinfonia heróica à civilização moral da nossa terra. Mas impõem-nos um juramento solene...

Sim! Juramos por nós e pelos nossos descendentes. Seremos sempre dignos dos avoengos ilustres, que tão nobremente souberam cumprir o seu dever fundando a Nacionalidade Portuguesa e restaurando a sua Independência com desprezo da própria vida, sem o mínimo pavor da morte...

DISCURSO DO MINISTRO EDMUNDO LUZ PINTO, DA EMBAIXADA ESPECIAL DO BRASIL

O Brasil não podia deixar de trazer a sua palavra calorosa a esta sessão magna, eloquente prólogo das vossas duplas comemorações centenárias. As celebrações, que com tanta imponência hoje se iniciaram, não são, com efeito, como assinalou o eminente Júlio Dantas, apenas nacionais, senão da lusitanidade.

Na «extensão das suas glórias marítimas», na sua cavalaria dos oceanos, na sua temerária intromissão com os mares, nas suas descobertas, conquistas e civilização de terras e mundos, «tão grande foi a lusitanidade que em rigor não se lhe poderia aplicar o conceito estrito da nacionalidade», mas o de mãe e preceptora dádiosa de povos, gen-

tes e nações. Dentre essas, nenhuma mais do que o Brasil usufruiu os benefícios do «humanitarismo da sua alma latina e do apostolado da sua civilização cristã», para tomar uma expressão do vosso grande Salazar.

Com método, engenho, paciência e tenacidade, vencendo obstáculos e dificuldades formidáveis, Portugal, excedendo a todas as outras nações colonizadoras, soube criar, dentro de um verdadeiro império territorial, uma nação homogênea e feliz na comunhão da raça, dos costumes, da religião e da língua.

Tendo chegado à independência por uma perfeita evolução política, preparada pelo Reino Unido, que nos deu, com os aparelhamentos do Estado, as chaves para as portas da vida livre, o Brasil orgulha-se da nossa comum história até o começo do século passado e, embora integrado no pensamento e nos ideais americanos, ostenta como altíssimo título a sua origem lusitana. O patriotismo brasileiro tem, por isso mesmo, uma das suas mais profundas raízes no culto a Portugal e o nosso nacionalismo, enlaçando o presente com o passado, é um enamorado ciumento da terra esplêndida, mas busca principalmente na História e Raça as forças propulsoras das suas realizações.

Consideramos a nossa ascendência lusitana como um foral de heroísmo, valor, lealdade e fé, compromisso imperativo que temos com a Humanidade de continuar a grandeza dos vossos feitos.

Num dos transportes da sua arrebatadora eloquência, quando nos visitou, por ocasião do centenário da independência nacional, o vosso Presidente António José de Almeida, perante o Congresso Nacional reunido, exclamou: «Não estou aqui para felicitar protocolarmente o Brasil pela sua independência; o meu intuito é mais rasgado, estou aqui em nome dos portugueses para agradecer-lhes que se tivessem feito independentes em 1822!»

Não creio que na história do mundo haja um episódio de tão surpreendente beleza. E na esfera das nações um quadro a que só se poderia assistir no seio de uma nobre família. É o pai venerando beijando a fronte do filho robusto, que abandonou a casa, sem o seu consentimento expresso, mas acertou e venceu nos seus caminhos, honrando-lhe a tradição e o nome!

Só o Presidente Getúlio Vargas, com a sua incontestável autoridade, poderia retribuir aquelas memoráveis palavras com o mesmo diapasão e a mesma ressonância histórica. Não permitiram, porém, notórias circunstâncias, que Sua Excelência, tão amigo dos portugueses, correspondesse pessoalmente aos cativantes termos do convite do vosso governo. Mas, querendo significar-vos todo seu afecto e apreço, enviou para substituí-lo, assim nos declarou, uma Embaixada Especial, composta de elementos civis e militares, devotados amigos de Portugal, tendo para chefia-la o Embaixador Francisco José Pinto, alta patente do nosso Exército, brasileiro ilustre, que é um dos mais eminentes colaboradores do seu pensamento reconstrutor.

Falando, pois, em nome da Embaixada Especial e com a autoridade que me empresta a alta representação do meu país, não me arreceio de dar, neste recinto histórico, a comovida resposta dos meus concidadãos às palavras do egrégio e saúdoso republicano português:

Nós também aqui estamos numa missão que não é apenas de reconhecimento, porque é mais ainda — é de gratidão! O reconhecimento, Senhores, é um raciocínio; a gratidão é um sentimento. O reconhecimento é voluntário, pode externar-se, dissimular-se ou esconder-se. A gratidão todos vêem, todos conhecem, é uma chama interior que do coração se apruma para brilhar nos olhos, é uma ternura quasi tão forte como o amor!

Portugueses, nós vos somos, sobretudo, gratos!

Gratos pela vossa colonização, que já tanto discutimos e comparámos para, afinal, concluirmos que ela é mesmo a base indestrutível da nossa unidade nacional, galhardamente mantida e defendida, em cruentas lutas e comoções, no Império e na República.

Gratos pela federação, que nos ensinastes como melhor sistema de conservá-la na vossa esclarecida obra administrativa das capitânias e dos governos gerais.

Gratos pela demarcação tranquila das nossas fronteiras, condição inabalável da paz com os nossos irmãos e vizinhos, fundada na minúcia dos vossos tratados, títulos e documentos e na exactidão dos vossos mapas, como tanta vez proclamou o «Deus Terminus da nacionalidade», o nosso glorioso Barão do Rio Branco.

Gratos pela noção de segurança nacional que nos destes, espalhando fortalezas e fortes pelo litoral da nossa costa e pelo interior dos nossos rios, grave advertência para que saibamos estar alerta na defesa do nosso opulento património da cobiça e da aventura dos estranhos.

Gratos pelo mágico e másculo idioma, que acrescentámos em vocábulos e enriquecemos em criações literárias, sem, entretanto, tirar o rio luminoso do seu leito para podermos legitimamente dizer-vos — o nosso Camões.

Gratos pela bênção da primeira missa, pelo emblema da fé, chantado com o padrão de Porto Seguro, para que a nascente terra cristã da América pudesse mais tarde resistir às seduções dissolventes da reforma e dos cismas, fiel à religião de Deus único e verdadeiro, protectora do nosso destino, luz da nossa estrada, salvação das nossas almas.

Para dilatá-la, mais ainda que ao Império, depois de salvar a cristandade na Europa, com a expulsão do islamismo invasor, Portugal, na expressão do nosso querido Malheiro Dias, «andou vogando pelos oceanos em naus batistérios, pondo nomes de santos e heróis nas terras ignotas».

O que caracteriza, portanto, a vossa História, é o sentido universal e quasi sempre desinteressado com que a vossa acção se desdobra e afirma. Nos séculos XV e XVI, dir-se-ia que o Criador reabriu a génese para que Portugal acrescentasse «ao mundo novos mundos». Dura um século e meio, a partir da conquista de Ceuta, o esplendor dessas epopeias marítimas, mas remontam quasi à infância da Pátria os sonhos civilizadores que as explicam e a indomável audácia que as converteu em espantosas realidades. Descontinentalizastes o renascimento e os vossos argonautas, filhos culturais de Sagres, ninho do sonho e da profecia da própria América, foram os prefaciadores do mundo moderno. Ferrero

o reconhece, ao escrever: «o que define o mundo moderno é a expansão dos limites que a antiguidade considerava invioláveis».

Poucos povos, além da Grécia e Roma, puderam influir tanto nos destinos humanos, marcando-os, não raro, com os dedos de gigantes dos seus heróis representativos.

Reis, sábios, poetas, povoadores e lavradores, guerreiros e estadistas, mártires e navegantes, missionários e santos, para que chamá-los pelos nomes imortais, se todos estão compreendidos no «peito ilustre lusitano», herói colectivo, que gerou e nutriu a «valerosa estirpe» não extinta nos nossos dias!? Os seus antepassados chamaram-se Viriato e Sertório. As suas façanhas são de Portugal.

Ele quem edificou a Pátria sobre os campos de batalha e pôde conservá-la, desde o século XIII e através de tantas convulsões da Europa, com os seus actuais limites.

Ele quem nunca esmoreceu no patriotismo áspero e bravo e que, abraçado aos «Lusíadas», na ocasião da provação e da desgraça, preferiu recolher o seu espírito nas brumas do «mito sebástico» a renunciar à infalível salvação.

Ele quem, com inteligência, devoção e bravura, a conquistou, restaurando a independência da Pátria, nos memoráveis prélidos de 1640.

Ele quem, pela palavra do preclaro Presidente Carmona, prometeu em África «que Portugal seguirá pelos caminhos imortais a sua vocação de povo civilizador».

Ele quem, restituindo ao país, com as «grandes certezas» a ordem interna e o prestígio no estrangeiro, criou um Estado Novo e forte, que conciliou no humanismo social de Carmona e Salazar as necessidades do corporativismo com os eternos direitos da personalidade humana.

Glória, pois, portugueses, ao vosso passado heróico e ao vosso presente de ressurreição! Na hora trágica em que vivemos, Portugal é um exemplo e uma promessa moral para o mundo!

Senhores: Quando, vai por pouco tempo, num barco veloz e moderno, navegava rumo à vossa terra, contemplando o mar e o céu, em dia claro e magnífico tive um arrebatamento maravilhoso. Senti-me, de repente, a bordo de uma frota aspectral e antiga, as velas enfunadas, com uma grande cruz vermelha ao centro; os mastros, enfeitados de papagaios coloridos e mansos corrupções, que vinham testemunhar a descoberta da terra virgem. Ouvi vozes ilustres, que tinham o timbre de vultos de epopeia. Compreendi, então, que estava voltando. As paisagens iniciais da Pátria, que o meu sangue ancestral, borbulhando, tanta vez compusera no coração emocionado, como memória de cousas vividas, emergiram diante de mim, empolgantes e belas! Que valem os séculos e as distâncias para o poder evocar do sentimento!?

Agasalhados na matriz histórica da raça, participando, em família, das suas gloriosíssimas bodas centenárias, desejaríamos, os brasileiros, em dias de tantas apreensões para a humanidade, que cada português visse no retórno simbólico da frota triunfal do descobrimento, protegida pela cruz de Cristo, o signo místico da nossa gratidão e de uma imensa e comum esperança!



*SUA EXCELENCIA O DR. OLIVEIRA SALAZAR, PRESIDENTE
DO CONSELHO*

DISCURSO DO PRESIDENTE DO CONSELHO, EM GUIMARÃIS, NO DIA 4 DE JUNHO DE 1940, NA CERIMÓNIA COMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO

Serei muito breve, pois tôda a palavra a sinto inferior ao momento e todo o discurso se me afigura profanar o reconhecimento das almas e a comunhão espiritual desta hora. Por todo o Portugal do continente, das ilhas, do ultramar, em terras hospitaleiras de tôdas as partes do Mundo, milhões de portugueses se recolhem, de alma ajoelhada diante dêste castelo, e comungam connosco nos mesmos sentimentos de devoção, de exaltação, de fé.

Nem eu sei o que havia de dizer. Em vão procuro, no tropel de ideias e de emoções, focar pensamento ou imagem, facto ou anseio, nome ou sentimento que aos outros sobreleve e me prenda. Passam pelo espírito séculos em revoada — os oito séculos da vida de Portugal — com seus reis e seus cavaleiros, seus descobridores e seus legistas, seus capitães e seus nautas, seus heróis e seus santos, sofrimentos e glórias, esperanças e desilusões. Passam séculos, e o português a expulsar o mouro, a firmar a fronteira, a cultivar a terra, a alargar os domínios, a descobrir a Índia, a apostolizar o Oriente, a colonizar a África, a fazer o Brasil — glória da sua energia e do seu génio político. Para tanto discutiu nas Cúrias e nos Concílios, ensinou em escolas e Universidades de fama, fêz uma língua e uma cultura, pintou obras primas antes dos maiores mestres, prodigalizou-se em maravilhas de pedra, cantou em versos imortais a sua própria epopeia — e ainda hoje tão simples e tão modesto que é pobre em face dos opulentos e fraco junto dos poderosos. Abisma-se a inteligência a perscrutar o mistério, confunde-se com a desproporção dos meios e dos resultados, extasia-se ante a permanência do milagre, e não se sabe que homem, ideia, rasgo ou sacrificio há-de pôr acima dos mais — a não ser exactamente o facto fundamental e primeiro de haver a raça portuguesa estabelecido o seu lar independente e cristão nesta faixa atlântica da península. Quis o povo ser independente, livre no seu próprio território, e quiseram os reis que êle o fôsse, conquistando-lhe e mantendo-lhe a independência; e porque mandava em seus destinos, a Nação definiu um pensamento de vida colectiva, um ideal de expansão e de civilização a que tem sido secularmente fiel.

Nas nações, como nas famílias e nos indivíduos, viver, verdadeiramente viver, é sobretudo possuir um pensamento superior que domine ou guie a actividade espiritual e as relações com os outros homens e povos. E é da vitalidade dêsse pensamento, da potência dêsse ideal, do seu alcance restrito ou universal ou humano que provém a grandeza das

nações, o valor da sua projecção no Mundo. Ser escasso em território, reduzido em população ou em fôrça ou em meios materiais não limita de per si a capacidade civilizadora: um povo pode criar em seu seio princípios norteadores de acção universal, irradiar fochos de luz que iluminem o Mundo.

Para isso nos serviu a liberdade; de nós se não pode afirmar que não soubemos que

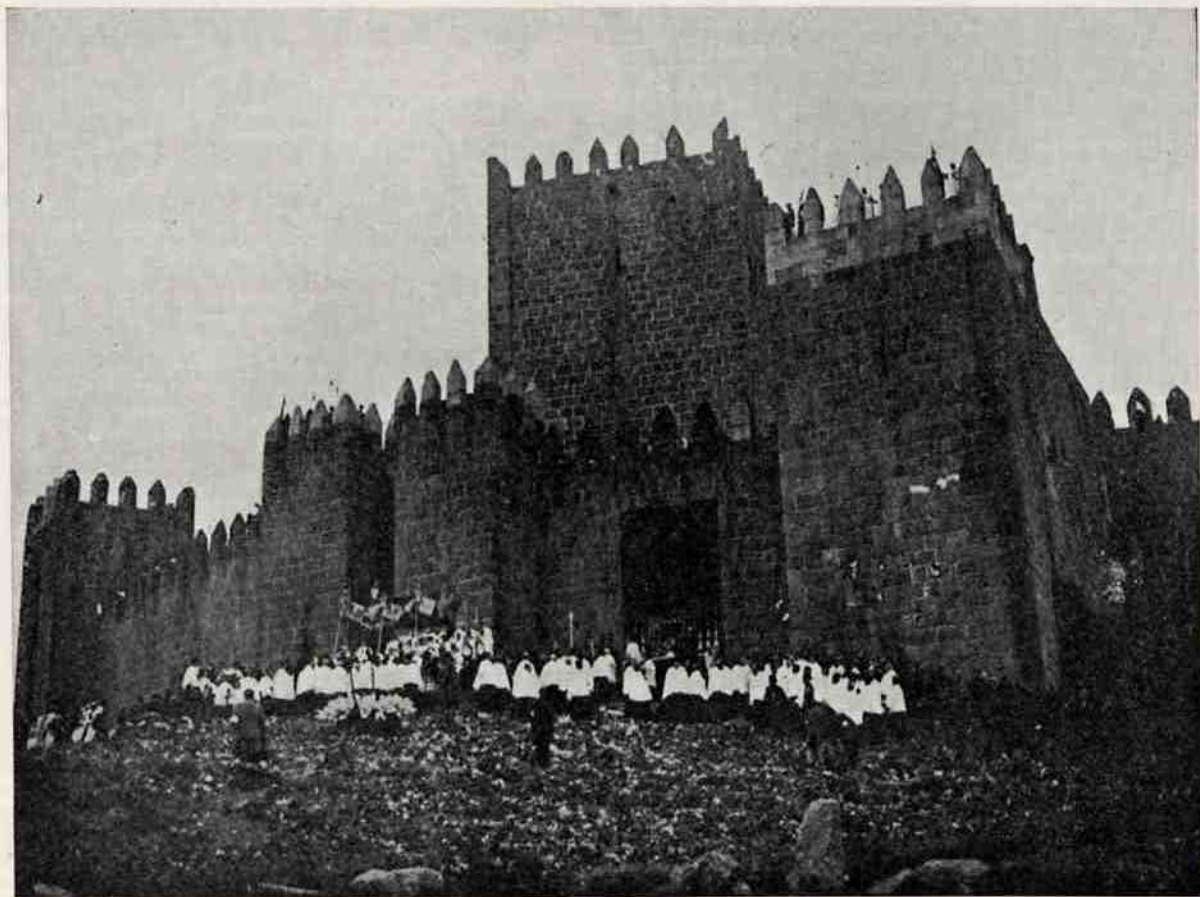


GUIMARÃIS — CORTEJO DAS FLORES

fazer da nossa independência: trabalhando e recebendo em nossa carne duros golpes, descobrimos, civilizámos, colonizámos. Através de séculos e gerações mantivemos sempre vivo o mesmo espírito e conciliável com a identidade territorial e a unidade nacional mais perfeita da Europa, uma das maiores vocações de universalismo cristão.

Eis porque esta solenidade é ao mesmo tempo acto de devoção patriótica, acto de exaltação, acto de fé.

Primeiro: acto de devoção. Cobrimos de flôres, trazidas dos quatro cantos do Mundo, as pedras mortificadas sôbre que se ergue êste castelo, como se piedosamente se beijassem as feridas de um herói ou se alindasse o berço de um santo. Vimos de longe, alguns de muito longe, a visitar a velha casa de seus velhos pais, a cidade augusta onde primeiro bateu, com o coração do primeiro rei, o coração de Portugal. Sabemos dever-lhe o que fo-



GUIMARÃIS — MISSA CAMPAL JUNTO ÀS MURALHAS DO CASTELO

mos, e o que somos dêle vem ainda — vivermos livres na nossa terra e honrados na terra alheia.

Acto de exaltação. A Pátria Portuguesa não foi o fruto de ajustes políticos, criação artificial mantida no tempo pela acção de interesses rivais. Foi feita na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a fôrça do braço e do génio. Trabalho intenso e ingrato, esforços sobrehumanos na terra e no mar, ausências dilatadas, a dor e

o luto, a miséria e a fome, almas de heróis amalgamaram, fizeram e refizeram a História de Portugal. Não puderam erguê-la com egoísmos e comodidades, medo da morte e da vida, mas lutando, rezando e sofrendo. Cada um deu, na modéstia ou grandeza dos seus préstimos, tudo quanto pôde, e por esse tudo lhe somos gratos. Do fundo porém dos nossos corações não podem deixar de erguer-se, ao comemorarem-se oito séculos de História, hinos de louvor aos homens mais que todos ilustres que os encheram com os seus feitos. Acto de exaltação.

Mas nós realizamos hoje também acto magnífico de fé: fé na nossa vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua História. Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o Mundo afirmamos o direito de cumpri-la. Com a solidez das raízes seculares, ligados à História Universal, que sem nós seria ao menos diferente, sentimos com a glória desta herança as responsabilidades e o dever de aumentá-la. Estamos aqui precisamente por confiarmos nos valores eternos da Pátria; e quando dentro de pouco — e nenhum de nós pode mais reviver este momento — subir no alto do castelo a bandeira sob a qual se fundou a nacionalidade veremos, como penhor que confirma a nossa fé, a cruz a abraçar, como no primeiro dia, a terra portuguesa.



GLORIFICAÇÃO DA LINGUA PORTUGUESA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS

A Academia das Ciências de Lisboa celebra hoje a Festa da Língua Portuguesa.

Voz do povo; alma da Raça histórica que se criou, para altos destinos, no extremo ocidental europeu; veículo de uma cultura deslumbrante; instrumento de expansão, de fé, de domínio e de império, a língua portuguesa formou-se com a Nação; evoluiu com ela, acompanhou-a na sua marcha ascensional até ao fastígio e ao esplendor do século XVI; é obra do nosso esforço colectivo, produto da nossa própria história, criação de oito séculos, cujos elementos vitais se geraram no caos linguístico peninsular — confuso caldeamento romano, germânico e semita —, e que nós entregamos, escultural e eterna, à continuidade das gerações. Nação e língua confundem-se no nosso património integral. E, se considerarmos que as primeiras formas do português escrito remontam precisamente ao século XII (o documento, mais antigo, do *Chronicon Idatii* não se considera autêntico), é legítimo afirmar que celebramos hoje, não apenas o oitavo centenário da Nação Portuguesa, mas o oitavo centenário da língua portuguesa.

Harmoniosa, opulenta, incomparável maravilha! Três almas se chocaram, se penetraram, se fundiram no cadinho da História — a alma latina, a alma visigótica, a alma árabe — para que produzisse a matéria, ao mesmo tempo forte e dúctil, em que o povo português esculpiu a sua língua imortal. Vêmo-la aparecer há oito séculos, nos primeiros monumentos escritos, bárbara, balbuciente, indecisa; vicejar, tímida ainda, na poesia dos «Cancioneiros», voz errante dos segreiros, sorriso dos doirados gineceiros da corte e dos castelos, onde o amor preside à sua formação; é já fruto e flor na graça paralelística do lirismo de D. Diniz, o grande «primitivo» da nossa literatura; narra a primeira batalha na prosa dos «Nobiliários»; debruça-se na estante do arqui-banço dos tabeliães para expulsar o latim das cartas e dos diplomas públicos; ganha ritmo, movimento, expressão, timbres heróicos no tumulto das «Chronicas» de Fernão Lopes, vastas tapeçarias animadas pelo génio de um assombroso jornalista do século XV, irmão de Froissart; brinca no friso manuelino da «Miscelânea» de Garcia de Rezende; resplandece no políptico sumptuoso dos «Autos» vicentinos, onde os anjos ajoelham para ouvir falar português; ergue-se enfim no século XVI com a magestade clássica dos templos e dos pórticos da Renascença — Damião de Góis, Sá de Miranda, as «Décadas» de Barros e de Couto, a grande Epopeia Camoneana — escadarias monumentais por onde so-

ham varões de Plutarco, onde conversam heróis de Tito Lívio, arcos triunfais da língua imperial, em que a palavra humana adquire a sonoridade do bronze e onde parecem ouvir-se os bramidos longínquos do Mar. Desde então a língua Portuguesa pertence ao Mundo. E o idioma internacional dos mercadores, dos navegadores, dos missionários do Oriente. É a língua franca dos portos da Índia, a língua judicial dos escrivães de Batávia, a língua diplomática dos príncipes orientais. Maurício de Nassau escreve em português as credenciais dos seus embaixadores; os enviados de Isabel de Inglaterra têm de falar português para que os entenda o imperador do Japão. E — facto sobre todos transcendente — uma grande nação da América, criação do nosso sangue, obra do nosso esforço colonizador, fixa a língua portuguesa, encorpora-a no seu património, cultiva-a, lapida-a, cinzela-a, guarda-a no coração, e aquela saborosa linguagem em que Pero Vaz de Caminha lavra a certidão do baptismo do Brasil projecta-se como um clarão no continente Americano, torna-se a voz de cinquenta milhões de almas e o instrumento de uma nova Civilização. A fala do velho lar — do lar português do século XII — universalizara-se. Recebemos um dialecto rude; criámos uma obra prima.

E essa obra prima, depósito sagrado das nossas tradições, veio de ouro em que se moldaram as mais puras criações do espírito nacional, — é essa obra prima que a Academia hoje celebra pela voz de três homens eminentes, portugueses e brasileiros, que com a maior autoridade e o mais entranhado amor a têm servido. Cabe-lhe tão alta honra na qualidade de guarda fiel, vai para dois séculos, das riquezas do vernáculo; de centro de estudos filológicos, lexicológicos e gramaticais; de verdadeira Chancelaria da língua para a obra política da sua unidade, do seu prestígio e da sua expansão internacional. Que tão nobres funções têm sido desempenhadas com elevação e com dignidade, prova-o o passado laborioso desta Casa; os seus anais e os seus arquivos; prova-o o acôrdo idiomático luso-brasileiro de 1931, que assegurou a unidade inter-continental da língua portuguesa escrita; provam-no sobretudo — com legítimo orgulho o declaram — os monumentos que a Academia, neste Ano Aureo, oferece à Nação: parte do grande Dicionário etimológico e histórico da língua; o Vocabulário ortográfico português; a gramática clássica, cânone linguístico completo. E com viva comoção que, em nome da Academia das Ciências de Lisboa, deponho simbolicamente estas obras na ara votiva perante a qual oito séculos de história se ajoelham: a Pátria.

Língua heróica, maternal e nobilíssima, voz do nosso próprio coração, língua em que balbuciamos

as primeiras palavras, em que tantas gerações remotas exprimiram os seus júbilos, as suas dores e a sua fé, língua da Oração e da Conquista, das batalhas e dos naufrágios, do esplendor e do Império, de Portugal e do Mundo, — perdoa-nos se te servimos mal!

DISCURSO DO PROFESSOR DR. REBÊLO GONÇALVES

Depois de definir e exaltar a significação nacional da Festa da Língua, o Senhor Prof. Rebêlo Gonçalves faz uma síntese da história da nossa linguagem literária.

Um trecho sobre Gil Vicente e Camões:

«Ao português de Quinhentos duas glórias bastariam: uma alta expressão nacional — Gil Vicente; uma alta expressão universal — Camões. Um, o artista extraordinário que põe o povo a falar o vernáculo mais copioso e variado, e com êle nos transmite encantos singelos e silvestres perfumes da nossa fala de outrora; outro, o supremo artista que na linguagem da Epopeia foi a um tempo simples e sábio, cultor da simplicidade popular e aprendiz do «valeroso officio de Minerva», dando-nos a mais harmoniosa síntese do vulgar e do culto que ainda esplendeu em versos portugueses».

Referindo-se às modernas inovações do português literário, cuja necessidade largamente expõe, diz o orador:

«O que importa é que nesses usos se não perca o senso da proporção, do equilíbrio, só êle capaz de assegurar longa vida às inovações da linguagem. Ser-nos-ão para isso modelo e guia, pelo espírito de medida que nos herdaram, os clássicos antigos e os clássicos modernos de maior renome; podem e devem alumiar-nos, nas horas de escrita inovadora, os astros todos de um mesmo vivíssimo estelário, os Barros e os Góis, os Vieiras e os Bernardes, os Camilos e os Eças, imediatamente seguidos de Rui Barbosa, Machado de Assis, Euclides da Cunha, e quantos dos grandes mestres brasileiros».

«E só estes? Outros mais, pois é caso de dizer-se que ao exemplo dos clássicos sempre lembrados se há-de seguir o daqueles clássicos esquecidos, mas luminosamente vivos, que com o seu instinto de regra e de congruência souberam fortalecer o Idioma. E só mais estes? Outros ainda: aqueles todos — deixai-me dizê-lo — que hajam sido mestres sem o saber, artistas que a si mesmos se tenham ignorado, mas dos quais nos possa vir uma lição harmoniosa».

«Associado o espírito de harmonia com a pureza das formas novas, nunca faltarão ao português energias intensas e fecundantes. A arte pura da novidade e o sentido de equilíbrio no empregá-la podem ser as forças permanentes vivificadoras da língua literária do futuro».

Passa agora o Senhor Prof. Rebêlo Gonçalves a dissertar sobre a expansão da nossa língua, sobre a sua gloriosa peregrinação por continentes e oceanos.

Alguns períodos em louvor do português do Brasil:

«Batalhadora na África e mercadejante no Oriente, a língua portuguesa viria a ser, sobretudo, pere-

grinadora e missionária no Brasil. Seria a língua dos desbravadores de territórios e dos bons e valerosos dilatadores da Fé, que todos com ela, não menos que com os arados e os templos, iriam «arar os campos» dessa «quarta parte nova». Língua dos donatários e dos colonos, dos bandeirantes e dos heróicos padres evangelizadores, onde chegou ela que não fôsse pregoeira de amor à Terra ou a Deus, desentranhando-se em vozes de trabalho e em verbo cristão, por entre uma natureza duvidosa e referta de sol?»

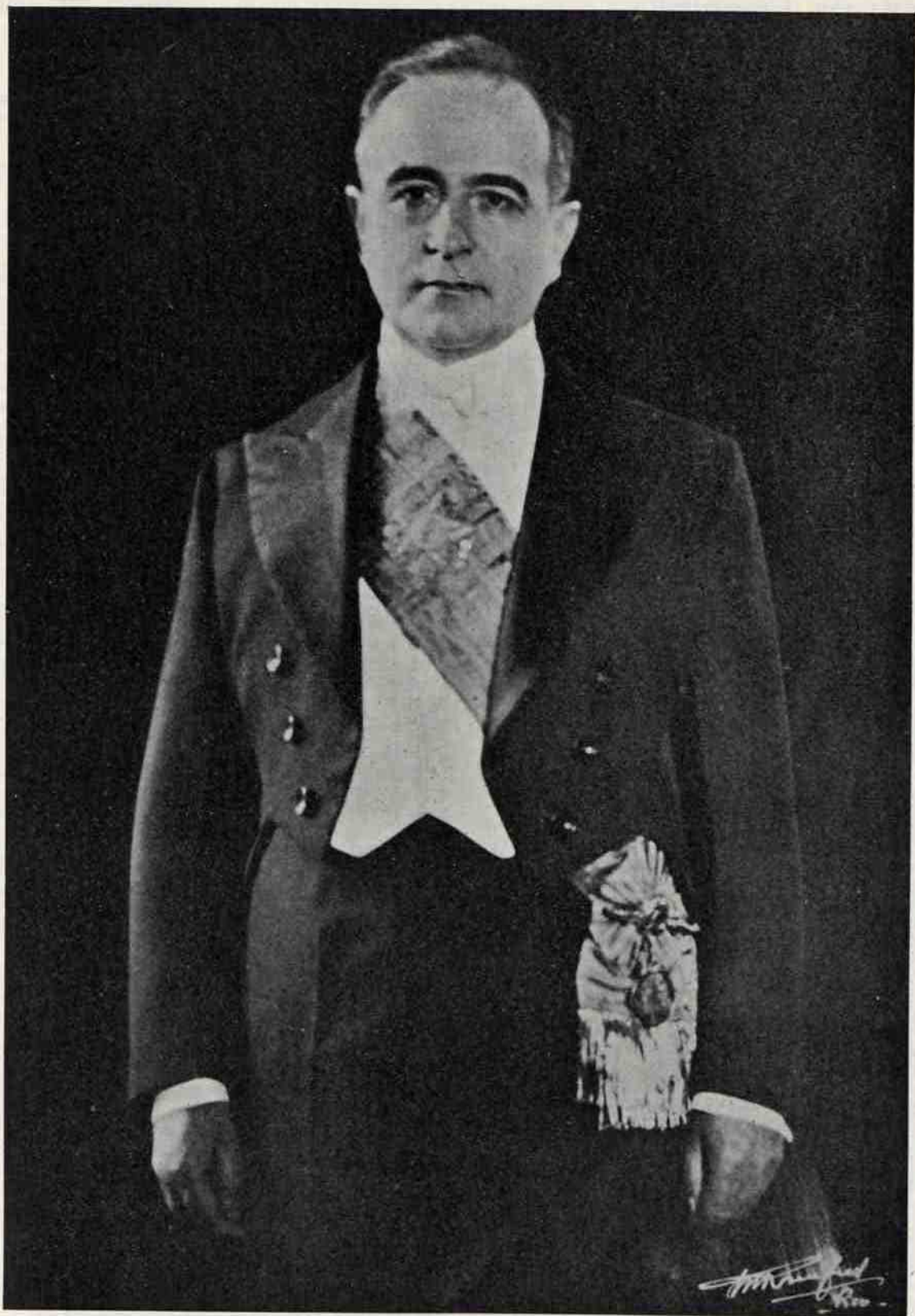
«Também aqui o seu destino era enriquecer-se, do mesmo passo que expandir-se. Em paga de tudo o que ofertou, deu-lhe a terra desvendada doçura da sua própria fala, brandas palavras e suaves tons que ela aprendia ansiosa, como ansiosa iria dizendo os encantos virgens da selva. Os afluxos ameríndios trouxeram-lhe riqueza e beleza novas. E, quando a êsses se iam juntando peregrinas vozes de África, recebidas de tantos mourejadores que ajudavam Portugal na sua lida gigantesca, tinha ela a rara sorte de refletir dois mundos do mesmo mundo».

«Glória, porém, tão grande como poder difundir-se e enriquecer, foi o ter sabido guardar-se. Ainda hoje a fala brasileira, por moderna que seja, descobre ao enlêvo de quantos a estudam reliquias vocabulares de séculos antigos: velhos termos que a pronúncia pode ter alterado, mas não desfigurou. De Minas-Gerais ao Maranhão, do Rio-Grande do Sul a Goiás, de S. Paulo às Alagoas, não faltam sobrevivências lingüísticas do passado, — palavras que são saúdes de outras palavras, e que representam pedaços da vélha alma portuguesa».

Uma passagem a respeito da língua nos oceanos: «Florindo em três continentes além do próprio, quasi não havia mais mundo para a Língua. No entanto, antes e depois das suas jornadas territoriais, ou a par com estas mesmas, era ela também, por obra da expansão lusitana, língua do Mar».

«Os lenhos do Pinhal do Rei transformados em naus cêdo a foram buscar para a aventura das águas. Depois, as caravelas do Império, ganhando vitórias, seguindo a rota de incontáveis cruzeiros, regressando de longe a abarrotar de ouro negro das especiarias, transportando o anseio e as preces ardorosas de milhentas almas, agitando-se e revolvendo-se, com gritos e gemidos de bordo, nas alcançadas horas da história trágico-marítima, essas caravelas portuguesas, quasi fabula, dignas de passar ao firmamento em nomes de estrêlas, foram fazendo que ela soasse, voz dos neo-argonautas, em latitudes sem conto, e voltasse rica de tudo o que os oceanos lhe ensinavam. O Mar, assim como não foi intervalo nas glórias da Raça, assim nunca foi parêntese nas conquistas da Língua».

«Que diga quanto ela aprendeu entre as ondas, a nossa linguagem popular, ainda hoje sábia de formosos termos — às vezes, magníficas metáforas —, que os Portugueses criaram, correndo os mares e olhando o Céu! Que o digam roteiros, livros de viagens, diários de navegação, como um que a Academia guarda entre os seus cimélos mais preciosos! Que o diga ainda alguma coisa que pode não ser materialmente tangível, mas ficou no íntimo da linguagem, em reflexos de luz e de sonoridade! Sim, porque na palavra portuguesa se reavivam fluxos e refluxos de onda, ventos a gemerem pelas enxár-



SUA EXCELENCIA O DR. GETÚLIO VARGAS, PRESIDENTE DOS ESTADOS
UNIDOS DO BRASIL

cias, brisas em doce blandimento, revérberos de sol e de luar nas vastas superfícies argênteas, e tudo isso, e mais, foi sonora e luminosa herança do seu noivado com o Mar».

Prosseguindo, o orador afirma que a língua portuguesa é duplamente Imperial: pela grandeza da sua vida literária e pela magnitude da sua expansão. E a propósito diz:

«Quando uma grande pátria morre, são seus mames — milagre do Verbo! — os monumentos literários que dela ficam e os ecos dispersos da sua voz. Para aquelas pátrias que não podem, porque não querem nem sabem morrer, uma língua imperial, que o seja pelas suas obras e pelo seu orbe, é luz intensa que lhes acompanha a vida, paira sobre ela, e ao mesmo tempo a circunda, abraça e aquece. Assim é e assim será a língua portuguesa, segura não apenas de vida duradoura, mas da eternidade».

O Senhor Prof. Rebêlo Gonçalves fala em seguida do culto nacional da Língua Portuguesa e das formas mais nobres que ele reveste. Merece-lhe especial atenção o culto propriamente literário.

«Em primeiro lugar — diz —, porque a primazia da devoção deve caber, por direito, aos que a geram e alimentam, vem o culto praticado pelos artistas da palavra, nobremente arvorados em paladinos».

«Sempre a Língua lhes deveu, com as grandes páginas de criação literária, soberbas oferendas de amor e louvor, verdadeiros hinos às suas virtudes, riquezas e história; foram noutros tempos os versos laudatórios de António Ferreira e Diogo Bernardes, de Cruz e Silva e Filinto; são em nossos dias os veementes encômios que escreveram ao lado de Bilac e Coelho Neto, Júlio Dantas, o poeta do *Auto das Quatro Estações*, o genial restituídor do *Amadis* e da *Diana*. Mas o hinário continua, continuará sempre — em cada voz o eco de outras vozes —, e, cada vez mais sonoro, poderá avivar-se tanto, que se eleve aos tons da suprema grandiloquência. Depois de tantas exaltações, mais ou menos líricas, teremos um dia (quem sabe!) a épica exaltação. Algumas vezes a tenho visionado como uma grande epopeia do português, em que o máximo vulto seria o daquele que mais o honrou, o epónimo do dia de hoje, em que uma seqüência de episódios faria passar diante de nós belezas, esplendores, heroísmos (há heroísmo, com efeito, no alcançar fastígio de arte para um idioma e no esforço viril de o propagar!), e em que novamente uma Deusa, como outrora Venus a Eneas, viria oferecer ao herói maior um escudo de bronze, onde se representassem glórias vindouras, — tôdas as futuras glórias da língua portuguesa».

Fala ainda o orador sobre o culto praticado pelos filólogos, pelas escolas, e particularmente pela Academia das Ciências de Lisboa, que neste Ano Aureo oferece à Nação aquilo que ela mesma lhe deu para objecto maior do seu labor: o vocabulário nacional, no mais copioso repositório de todos os tempos. E diz a terminar:

«Para glorificar o português, acorreram aqui portugueses e brasileiros, convocados por tudo o que os irmana. Vieram com festiva alegria de alma e felizes, certamente, de poderem vir num dia de Camões, que para todos é génio tutelar. Oxalá de

século a século se repita esta hora de glorificação e seja vivida no mesmo Lar da Língua, sob o mesmo patrocínio camoniano, e na mesma espiritual e fraterna comunhão de duas Pátrias!»

DISCURSO DE AFRÂNIO PEIXOTO, LIDO PELO DR. GUSTAVO CORDEIRO RAMOS

É uma língua a expressão de um povo. A voz articulada comunica entre si as almas dos homens, mas isso, só é uma língua, se transcrita ou fixada na arte de seus homens de génio. Um povo sim, que fala; mas, também, alguns escritores que corrigem, e conservam, e perduram. Dialecto dignificado — eis a língua. A natureza, sem dúvida; mas a arte, devidamente...

Quando o latim chegou às partes extremas do Império Romano, encontrou o rude falar autóctone e começou, impondo-se, a se mesclar de novos tons, de prosódia, de sintaxe, de vocabulário. Esse latim impuro, de soldados, mercadores, artesãos, foi indo à igreja e à justiça, aos registos de baptizados e casamentos, aos testamentos e partilhas, às escrituras de compras e vendas e era apenas mais um dialecto romance, que se afinaria nas canções d'amigo, nas lóas dos trovadores, nos cronistas, nos poetas palacianos.

É a aurora; mas eis que o sol aparece... É a obra de génio, que tem as raízes plantadas na gleba originária, as frondes cobrem um vasto império, mas as flôres rescendem a humanismo greco-romano, e pela beleza, pela força, pela novidade, entram no ciclo perene da civilização. Os *Lusíadas* atestam, e fixam, e conservam, séculos quasi, sem mudança, a Língua Portuguesa. Cita Faria de Sousa rol de cento e vinte palavras peregrinas, usadas pelo Poeta, tôdas quasi usualíssimas hoje: «árido», «aquático», «cauda», «celeuma», «consócio», «devaltar», «fulgente», «fervido», «gema», «grandiloquo», «hemisfério», «inerte», «inermes», «longinquo», «lácteo», «matutino», «nítido», «avante», «púdico», «profligar», «polido», «região», «recíproco», «sibilante», «sórdido», «trémulo», «tranquilo», «vate», «vítima», etc. etc. É incrível não tivesse o português tais palavras, antes de Camões.

Tamanho é o seu prestígio, que se na Pátria mais de uma dezena de edições alimentam o fogo sagrado para a Restauração — uma dúzia de edições, imenso para o tempo, de 1580 a 1640 — também nos confins do Brasil, na mata virgem dos sertões — «da quarta parte nova», cujos «campos ar» Portugal, estrofes do Poeta foram encontradas, na letra rude e vacilante dos aventureiros, perdidos de Deus e do mundo, no deserto do Brasil. Camões, no sertão da América... Camões, no tempo e no espaço.

Se, «com pouca corrupção», o letrado «crê que é latina», sente o povo que é Padrão fixado de boa língua vernácula, dignificada pelo génio e conservada daí em diante, para as turbas. Aquelas palavras, que Faria de Sousa apontara como helenismos e latinismos preciosos, logram foros de vulgaridade, como as moedas de bom cunho, que, de tanto circularem, adquirem o mugre da utilidade...

Sim, a língua é a alma de um povo que se transfunde, comunicando os homens entre si. A nossa, esta ilustre Língua Portuguesa, veio das almas mais fortes e mais diligentes que habitavam essa privilegiada bacia do Mediterrâneo, onde se plasmou a civilização latina e cristã. Transposta a meseta da Península, costeados o fim literário da Europa, á quem das Colunas de Hércules, é esta Língua Portuguesa que teve a missão histórica de derramar no Atlântico, a cultura mediterrânea. Todos os faróis dessa cultura latina e cristã da Europa olham, com efeito, para o Mediterrâneo clássico: Oxford, Lovaina, Paris, Salamanca, Bolonha .. Não a nossa Coimbra: essa, defronta o Atlântico... É um endereço e um apelo. E o nosso destino. Por isso, vão os Portugueses revelar o mundo ao Mundo. «E, se mais mundos houvera, lá chegara». Foi a língua da conquista. Com os marujos do Infante, o Dias, o Gama, contornando a África e chegando às Índias ... Com Côrte Real e Cabrilho, do Labrador à Califórnia; Cabral pelo Brasil; Solis, pelo rio da Prata; Magalhães chegando à Ásia e Oceânia, pelo Polo e pelo Pacífico... Nem o tempo conseguiu apagar esses focos acesos, nas cinco partes do mundo. A vida de Portugal, «em pedaços repartida», é recordada pela língua, que se ouve em todos os cantos do planeta, falada por sessenta milhões de homens, que serão mais alguns séculos, algumas centenas de milhões de homens, a falarem essa nossa comum Língua Portuguesa...

Comum, porque é nossa, da família lusitana, de Portugal e seus filhos. Mas, por comum, nossa da família, não deixa de ser, por isso, a Língua Portuguesa... Não há força que no mundo possa modificar a história. Não há desapropriação espiritual. Os americanos do Norte não-de falar sempre o Inglês; os do centro e parte do Sul, o Castelhana; nós os Brasileiros, o Português... Belgas e Suíços não são menos autónomos, por falarem o Francês, nem pensaram jamais em dar um pseudónimo nacionalista à linguagem que falam, e é deles também. Por isso, também não há língua canadense, nem argentina, nem australiana: não haverá, jamais, língua brasileira.

Só quando os filhos são espúrios, é que não se honram com o nome dos pais. Os nossos foram ilustres e este é o nosso galardão. Por isso, tratamos a essa ilustre Língua Portuguesa com todos os respeitos de amor filial. Permitem-se os primeiros donos dela, vós lusitanos, liberdades e privanças, pois que lhes é doméstica, de cama e mesa. Nós não: nós a mantemos, com as deferências e os zelos de quem recebe, no seu lar, a própria mãe, para venerá-la e honrá-la, diante do mundo. Por isso, as mais numerosas gramáticas da Língua Portuguesa são Brasileiras. O melhor dicionário português é o do brasileiro Moraes Silva. Disse-o quem sabia, Camilo Castelo Branco, que, para as usanças clássicas, Moraes é o melhor guia. Os jornais em Portugal es-

crevem, como lhes praz: os do Brasil têm coluna aberta, para discussão do que se deve, e do que se não deve dizer. Um pronome mal colocado, do outro lado do Atlântico, é a deshonra de um escritor: dizia Sílvio Romero que nos era mais perdoável colocar mal as ideias... Os Franceses de Junot, foi a Portugal, que ultrajaram: pois bem, somos nós os vingadores dêle no horror ao galicismo. Um académico e um professor da universidade desavém-se e, em voz ríspida, um exproba, ao outro, certo dito insultuoso. A resposta é: — «Isto é intriga...» O acusador acode, repentinamente desarmado: — «Mas — intriga — é galicismo»... E os dois adversários — eu lhes poderia pôr aqui os nomes conhecidos, — continuam citando autoridades, que abonam ou replem a palavra duvidosa...

Temos, na América, procurado tôdas as liberdades, menos a de solecismo. Dizem que adquirimos a independência: eu vos afirmo que jamais conseguiremos afastar a «protecção» dos clássicos portugueses... Não há liberdade, contra a língua.

Hoje em dia, já não é possível que actuem as variações postas outrora, pelo tempo e pelo espaço, na linguagem dos povos. Não é possível que a língua comum, pelas variações dialectais, possa divergir, a-ponto-de se constituir em língua diversa, o «brasileiro», o português da América em face do Português, a língua única e comum.

O outrora a difícil comunicação da vida isolava as variações dialectais, até se constituírem as línguas diversas da mesma origem. Foi assim, que no Império Romano, se fizeram os dialectos romances; depois, quando dignificados pelas obras do ingenho, as línguas italiana, francesa, espanhola, portuguesa, romena... Num cantinho da Suíça falam-se três línguas oficiais e trinta dialectos populares... Cada dobra de vale, cada maciço de montanha, cada beira de lago, um dos outros isolados, iam mudando a fala, com o tempo, e assim se lhes constituíram as numerosas variações dialectais... Hoje, no imenso Brasil, da largura e do comprimento quasi de um continente, a navegação, o combóio, o correio, a imprensa, o telégrafo, o telefónio, o automóvel, o avião, o rádio, o disco... põem, a todo o instante, os brasileiros, em comunicação contínua uns com os outros, tanto os «regionalismos» se fundem em «brasileirismos»... Quando o «gaúcho» conta um «entrevêro» e o caboclo descreve a «pororóca», todos os nossos do centro e dos extremos, os compreendemos e lhes repetimos, perflhada a linguagem expressiva. Não há bairrismos linguísticos que não sejam logo adopções nacionais de expressão e uma língua só, se mantém do Amapá ao Chui, do Acre a Pernambuco, no vasto espaço em que caberiam dezenas de Suíças e mesmo algumas Europas...

Mas há os «brasileirismos», haveis de dizer. Que são eles? Expressões próprias, regionais, tra-

zidas ao mercado nacional, e eu vos asseguro, desmoedadas logo, pelo trôco. Enquanto é novo, se usa, pela novidade. Como fala de gira, em boca educada. É sainete de ocasião, de extravagância, logo esquecido, depois de uma insistência efêmera. Disso vos asseguro, com experiência própria. Duas vezes a outra minha Academia do Brasil pediu-me um dicionário dos ditos «brasileirismos»... Duas vezes o trabalho, em comêço, foi censurado e adiado... Não o lastimei... Ia vendo que as vozes, as expressões captadas, fichadas, abonadas, conservadas no registo, eram efêmeras, tinham passado e já não subsistiam no povo, obedecendo ao imperativo de uma voz que exprime uma coisa... Os meus verbetes eram plantas mortas de hervário... Valia a pena «dicionarizar» a voz ao vento?

Talvez, se algum escritor a empregou; mas, então, com a desconfiança relativa ou à medida confiança, que se dão ao escritor neologista... Extravagância efêmera do povo que, se não fôr guardada, em pouco se perderá... Mais folclore, que filologia.

No Rio de Janeiro faz poucos anos, havia um «Colomy-Club» *cocktail* verbal, porque era tupi, com *o grego*, e mais outra voz peregrina anglo-saxónia: *colomi* era criança, e havia festas e recepções de pequeninos; durou pouco; hoje, em cem cariocas, nenhum saberá mais o que é «colomi»... «Paroara» era o cearense enriquecido nos seringais, que tornava com a sua ostentação: os seringais foram abandonados, e o Ceará retorna à sua faina quotidiana: em cem brasileiros nenhum saberá mais o que é «paroara»... Vale a pena guardar esse efêmero? Será arquivo, história, cemitério de expressões, não vida presente, rol de vocábulos prestidiosos...

Dir-me-eis que assim as palavras da língua oficial, que morrem e renascem às vezes, como lá diz o Horácio:

*Multa renascentur que jam cecidere cadentque
Que nunc sunt in honore vocabula...*

Mas, essas, duram séculos, e, de tanto uso, e tanto honradas, se impõem ao estudo... Não me oponho à documentação dos hervários; prefiro porém as plantas vivas, dos jardins e das florestas... A língua, só depois da realidade da vida, será erudição dos sábios.

A língua «secular», é o que quero dizer, não se deformará com o calão das cidades, ou com o regionalismo do campo, que trazem o destino da morte precoce... É a língua depurada passa... A moeda má ou peregrina se recolhe, mesmo sem rejeição; o ouro de lei, esse não, troca-se e se amalha...

Há, entretanto, uma tocante fidelidade ao passado, e tanta, que nos faz, a nós brasileiros, mais portugueses, se é possível, que esses outros nós do lado de cá do Oceano... E nem é peculiar a nós, tal fidelidade. Indo ao Canadá, a festas também centenárias, surpreendeu-se o académico francês, Etienne Lamy, que três séculos decorridos ainda falem os colonos franceses de Montréal a língua do grande século. Estou que muito brasileiro pronuncia, como os marítimos Portugueses do Século XVI... Talvez aquêlê acento de Antônio Vieira, orando em São Roque, com a fala que trouxera do Brasil, fôsse encanto novo, em meio dos Seiscentos... Aquilo que

Eça de Queiroz viria a chamar «português com açúcar», o sotaque brasileiro... Disse Dom Francisco Manuel,— esse não teve tempo de açucarar a sua voz —, que as damas da nobreza e da côrte mandavam, pela madrugada, pôr tapetes à Igreja, para a doçura de ouvir o patricio, de torna viagem, que lhes trazia a aventura portuguesa na música da voz...

Não era só o timbre, porém, o vocabulário, foi a observação do escritor francês. É que a língua envolveu em França, para a modernidade, nem sempre rigorosa, da metrópole, e na descendência longínqua da colônia se preservava, ciosamente, o cunho original. Não é paradoxo pensar que, um dia, vão sábios portugueses estudar no Brasil, não nas capitais corrompidas, porém, nas províncias preservadas, sua ilustre língua de outrora, como ela era ao tempo em que nasceu e se criou a minha terra... Em Pernambuco ouvireis dizer o povo «sobroço», por medo, receio, que tem por «brasileirismo» Cândido de Figueiredo, mas já está em Fernão Mendes Pinto... Camões e os clássicos diziam «minino», como escreviam e nós ainda dizemos e não m'nino como diz hoje Portugal; como diziam cavalo «e não q'valo»: o latim *caballus* e o castelhano *caballo* estão no dizer que nós é que mantemos a pronúncia tradicional. Então, será a piedade do filho que ensinará ao pai, como guardar o legado sacrossanto que lhe fez no bérço, e é o património hereditário da raça... Seremos,— tudo pode ser,— «Os classicos portugueses», como os americanos de Boston e os canadenses de Montreal são contemporâneos de Elisabeth e de Luiz XIV... Recordamos, então, a Portugal, como falava El-Rei D. Manuel...

Aliás não é preciso essa volta ao passado, para a identificação. Do Alentejo para o Norte, a pergunta decente, como vamos indo, é a resposta: «baim, obrigado». No Algarve, como no Brasil, será «beim, obrigado»... Não foi em vão que os primeiros navegantes portugueses partiram de Lagos... Não é tocante que, numa inflexão de voz, vá uma memória, ou inconsciente, uma saúde?

Além da prosódia, haverá variantes de vocábulos e de expressões... São acaso iguais duas flores, do mesmo galho?...

Lisboa e Rio de Janeiro hão-de ignorar o que é *anágua*, mas Bragança e Bahia saberão que é *saia branca*... Deixem-me, porém, lembrar algumas variantes com que entretereis, aqui e agora, também minha saúde, «em pedaços repartida»... «Lá» e «acolá». «Trezentos e tantos» é «trezentos e tal». «Muitas vezes» é «imensas vezes»; um «armarinho» é uma «retrozaria»; umas «meias» de homem, são «peúgas»; um «trem» é um «combóio»; «um vapor» é um «barco»; um «paralelepípedo» é um «paraleto»; um «caminhão» é uma «camionete»; «terno» é «fato»; «namoro» é «derrico»; «menina» é «moça»; «moça» é «rapariga»... Mas, tudo, não é português?

Serão tão diversas assim, as palavras, que se precisem traduzir? No dia em que a política, de um alarmado nativismo, instituisse uma «língua brasileira», os tradutores públicos dessa língua, em português, morreriam de fome... A lógica nos levaria a criar logo as línguas gaúcha, mineira, paulista, baiana... diversas do «brasileiro», do Rio, a pretendida língua nacional...

Não exagero: entre Bahia e Rio as diferenças serão, por vezes, maiores, que entre Maranhão e

Coimbra. Assim um «atillo» numa, é uma «liga» na outra; um «ganchô» é um «grampo»; «alfinete de segurança» é de «fralda»; «casco» de chapéu é de «forma»; «cadeia» de relógio é «corrente»; «balança» é «elevador»... Em São Paulo, «leviano» é «leve»; o que «não combina», «não arma»; «ocupar» um vestido é «usá-lo»; «enfeitar» é «suspender»; «patife» é «medroso», como o nosso Epifânio só «pertencem para», os Paulistas só «emprestam de»... São rugas, modismos, que não separarão línguas «baiana», «carioca» ou «paulista»...

gará mais doce, ao «rebuçado» de Portugal. O que não chegará é para fazer língua nova, da língua comum...

O que nós somos não é diferente; o que somos é muito moços. Daí esses movimentos de humor, que buscam atestar independência. Tememos que ainda não nos considerem maiores... A calça comprida, o primeiro cigarro, a navalha de barba, uma namorada... nos dão o engano que não dependemos de ninguém, já somos «trôço» (perdoai-me Língua Portuguesa!) — tudo o que somos e que temos é exclu-



ALGUNS MEMBROS DA EMBAIXADA ESPECIAL DO BRASIL COM O CHEFE DO ESTADO, MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS, NA FESTA DE GLORIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, REALIZADA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, NA NOITE DE 10 DE JUNHO

Aliás, a boa maneira, tarde porém, chega. A «cauda» nas «bilheterias» isto é nas «bilheteiras», que traduzia o francês *queue* no Rio de Janeiro, vai ficando, à portuguesa, a «bicha», que se estende pela rua... Ainda o «allow» americano, ao telefólio, se usa, mas confesso que prefiro o amigo de Lisboa, que me pergunte, em vernáculo: «está lá?» O «queimado», da Bahia, foi ficando «bala» no Rio, mas che-

sivamente nosso... Ênfase de puberdade, esse delírio nacionalista... É o que se chama, hoje, um complexo de inferioridade... Os nossos mais verde-flavos nacionalistas têm nome estrangeiro, de germanos, saxões, italianos, sírios, polonos... Dizem-se brasileiros de mais, porque são brasileiros de menos, pois o Brasileiro é apenas o Português da América... Mas, porque têm pejo de se confessar imi-

grantes, lançam-se aos Africanos do tráfico escravo, ou aos Tupis, de selvajaria originária. Compensações...

Escravizamos e dizíamos a uns e outros para, tardiamente, os glorificar, às vezes, nas veemências pseudo-patrióticas... Não há muito, acolá, num congresso de oratória, falou-se de «civilização afro-tupi». *Tupy or not tupy*. Um moralista viu aí a negação cristã, portanto subversiva... Não tem tanta importância. *Pueri ludunt*... Que hão-de fazer crianças?

Um abastado português do Rio de Janeiro agradeceu-me a boa aprovação do filho, na faculdade, convidando-me para a festa de formatura do meu jovem colega e concluía, com um suspiro de alívio: — Agora, meu senhor, anel no dedo, já ele pode chamar «galego» ao pai...

Vêde bem, «galego»... Não é como chamamos nós todos Portugueses, desprezivelmente, aos nossos parentes de Além-Minho? Camões, cujo nome é cento por cento português, chama até a esses parentes, «sórdidos galegos». É a fatalidade do nacionalismo... É bem que passe a infância e, com ela, o mau modo. Cessaremos, um dia, de proclamar a independência...

Portugal deve sorrir, porque sabe que é dele a língua, que é a voz do sangue, que exprime a alma... Uma alma rebelde e independente, como a alma portuguesa, que tantos séculos, ante a grandeza e a ambição de outros, que não nos puderam jamais assinalar, nem pela guerra, nem pelas dinastias, mau grado, às vezes, das paredes-meias... Essa alma, que temos e recebemos de Portugueses, é garantia da nossa insubmissão e independência. Quem sai aos seus, certo não degenera. Em Deus espero que progeneramos... E, no futuro, havemos de cumprir connosco...

Como poderíamos ser outros, só porque somos maiores e temos casa posta? Somos filhos legítimos e trazemos, com garbo e honra, o nome de família; guardaremos com piedade e orgulho a língua, a mesma que falaram esses Lusíadas que revelaram o mundo e salvaram a civilização latina e cristã, dos bárbaros mahometanos, obrigados a refluir da Europa às suas nascentes asiáticas, onde os combatíamos e os combatemos.

Língua de epopeia e de amor, ainda e sempre a mesma, de Garrett a Castro Alves; de Herculano a Machado de Assis; de João de Deus a Billac; de Camilo a Rui Barbosa... Guardá-la-emos tão bem, a língua comum, — de povos irmãos que nem o oceano, a separar divide sequer — que expressões porventura esquecidas em Portugal, nos andarão nos lábios, guardadas que foram no coração, para lhe restituirmos um dia, ao ouvido ou à leitura, como as nossas novidades... Só se inventa o que se esqueceu...

E como temos o futuro diante de nós e havemos de crescer e ser dignos de nós e dos pais e avós gloriosos que Deus nos deu, havemos de levar essa língua comum, a ilustre Língua Portuguesa, ao esplendor literário de uma cultura que, séculos adiante será, um dia, a de meio bilião de homens... E o Por-

tugal maior, da banda de lá da água, continuará o Portugal menor, da banda de cá, ligados no tempo e no sangue, na fé e na memória, ligados principalmente por essa digna Língua Portuguesa, língua comum de Portugal e do Brasil, fala terna e saudosa, fala eficaz e laboriosa, fala de amor e de bravura, na qual nossas mães nos ensinaram a rezar e nossos filhos nos contarão seus triunfos, na qual leremos as proezas e as virtudes dos nossos maiores e as esperanças e certezas da nossa e das pósteras gerações...

Língua do passado heróico, língua da dignidade presente, língua esperanças de amanhã, língua comum, língua de sempre, língua sem fim... Amen!

DISCURSO DO POETA OLEGÁRIO MARIANO «EM LOUVOR DA LÍNGUA PORTUGUESA»

Sinto ao entrar em contacto convosco nesta casa de meditação, de estudo e de pensamento que é a vossa Agora, o vosso Forum, o vosso Ginásio, a mesma viva emoção que dominou Olavo Bilac quando aqui esteve em 1916.

Também vos olho sem surpresa. Todas as grandes figuras da vossa galeria plutarquiana me são familiares e tenho a mesma impressão que ele teve de vir, de longa data, privando da vossa ilustre intimidade. Num ponto, entretanto, estamos separados, o mestre da «Via Láctea» e eu, seu humilde discípulo.

Recuado quasi dois séculos, ele assistiu, numa admirável evocação retrospectiva, à vossa primeira sessão em 1780, na mansão real de Maria Primeira; levou seus passos indecisos às escuras salas do Palácio do Monteiro Mór ou aos sombrios andares do Poço dos Negros, primitivas sedes das vossas reuniões. Pensou ver transformar-se o aspecto de vossas figuras e surpreendeu-se entre as paredes cobertas de panos de Arrás e de tremós doirados diante do estrado da vossa residência, onde «risonho sob a perruca empoada, com o peitilho tufando em bofes de rendas, entre as abas do colete de damasco, o Duque de Lafões, vosso presidente, se assentava».

Eu, em contraste, sou um delegado da hora presente, da oportunidade milagrosa do Brasil que vem trazer a oferenda do seu culto à «última flor do Lácio», pura como nos foi entregue pelos vossos destemerosos navegadores nos tempos da descoberta.

...E as caravelas de Cabral vieram, um dia, De repente, na irradiação da luz solar:
«Que terra é aquela terra, opulenta e bravía,
Que sobe para o céu como um gesto do mar?»

Que milagre de luz, de sonho e de magia?
É o gageiro na gávea abria os braços no ar:
A terra pouco a pouco ao longe aparecia
Enfeitada de sol, pura como um altar.

E os rios em caudal, e os índios na floresta,
Pássaros, feras, tudo, em delírio, dansava
Neste dia de sol, uma dansa de festa.

E quando a noite ungiu a selva tropical,
O Cruzeiro do Sul no alto céu cintilava
E emergia da terra a Cruz de Portugal.

Zelando desde então religiosamente sua pureza como património de arte e matéria prima da nossa cultura, tudo fizemos para torná-la mais dúctil, mais musical, mais lenta na sua prosódia. O tesouro da sintaxe, no entanto, é o mesmo que nos legastes como prémio das nossas confluências étnicas.

Mais do que a história comum que à feição de rio translúcido irriga o organismo das nossas Pátrias, mais do que a transfusão do nosso sangue do passado para o Presente, mais do que a afinidade sentimental que conjuga as nossas almas no mesmo sentimento de paz e de liberdade, mais do que os filhos dos nossos velhos amores, mais do que tudo e sobrepassando a tudo, avulta o idioma sagrado que o entrecchoque e a composição das raças surgidas de permeio não conseguiram deturpar ou arrastar à impureza dos dialectos. Conservados os vocábulos que nos mandastes e criado um grande contingente de origem tupi (nomes de plantas, de frutas, de animais e de objectos) não perdeu a língua a sua primitiva beleza nem a sua homogeneidade, antes se enriqueceu nos seus valores.

De par com esses elementos, outros foram surgindo, da imaginação e da sabedoria anónima do povo. Esses, de feição diversa, tiveram origem, as mais das vezes, nos fenómenos físicos e nas vozes da natureza brasileira.

Pitágoras e depois Platão, imaginavam que os mundos, girando pelo espaço, deviam fazer um rumor musical. Foi por certo este rumor musical dos mundos que, atingindo nosso hemisfério, provocou e colheu no ímpeto das nossas quedas de água, no tumultuar das «pororocas», no tropel dos ventos selvagens, no canto dos pássaros, no rechinar das cigarras, no uivo das feras, no sonho de ascensão das montanhas, na monotonia das baixadas e dos vales, as expressões onomatopaicas que vieram de qualquer forma enriquecer o nosso diadema vocabular.

Eu que tenho a rara fortuna de conviver com os pássaros, de compreender-lhes o sentido e o segredo da linguagem e de adivinhar o estado de alma de que às vezes estão possuídos, como se fossem seres humanos não vacilo em afirmar que até na ornitologia brasileira a influência da língua dos nossos antepassados se faz sentir.

Não será, por ventura, o canto do *Uirapurú* da lenda amazónica um autêntico poema de Antero ou de Bilac?

Na sua vida de príncipe encantado que a fantasia popular transformou em pássaro, deve ter existido seguramente um poeta.

O facto é que ao cair das tardes longas no alto Amazonas, quando o seringueiro volta ao pouso depois de um dia de paciente labor na colheita do leite maravilhoso, pára em meio da jornada, assaltado por um sentimento de superstição e de respeito e fica ouvindo o canto do pássaro lendário de cuja garganta se desenrola, em notas coloridas ou angustiadas, a canção do sol, a canção da gleba, a canção da saúde.

Na lenda da Iára, de que nos fala Afonso Arino, — grande evocador dos sertões brasileiros —, que vocábulos teria usado a *Mãe d'água* nas suas confissões de amor, para atrair ao seu castelo no fundo da Cachoeira

do Turumã aquêlc incauto Jaguararí, pescador de tucunaré?

Jaguararí, o filho do tuxáua,
Era formoso, elástico e sensual.
Tinha nos olhos o ímpeto bravio
Da água do grande rio
Quando passa em tropel, quando ruga em caudal.

Destro, selvagem como um potro,
Vê-lo era ver, na glória matutina,
A bandeira das asas em troféu,
O gavião de penacho que domina
Tôda a floresta e faz maior o azul do céu.

Quando, na igára pequenina e leve,
A correnteza múrmura descia
Ao clarão flamejante do arrebol,
Á proa, o filho do tuxáua parecia
Um pássaro de fogo, em caminho do sol.

O puma ruivo e hostil, de olhos de ferro em brasa,
No enredado cipoal da selva acêsa,
Ou o veado arisco ao pé do buriti,
Não tinham a bravura, a insolência, a destreza,
Nem a elegância de Jaguararí.

Ninguém como êle arremessava a flecha
Do arco rotêso. A flecha ia, certaíra,
Ao gesto varonil do braço nú,
E cortava de súbito a carreira
Por vales e grotões, ao caitetú.

Na taba dos manáus, havendo festa,
Ao rufar do trocano, êle terçava
A tangapema de tal jeito, que, a uma voz,
O grupo dos guerreiros proclamava
Jaguararí o mais valente e o mais veloz.

A seta hervada da zarabatana
Que êle assoprava às árvores, sorrindo,
No orgulho de um guerreiro sedutor,
Rompia o espêso matagal, ferindo
O carachuê na castanheira em flor.

Ao florescer da mamorana, quando
Fendia a igára a superfície plana,
Da água que se encrespava em frenesi,
O vento sacudia a mamorana
Jogando flores em Jaguararí...

E a linguagem das minhas irmãs, as cigarras da minha terra? Líricas incorrigíveis, mau grado a antipatia dos fabulistas, que lições de sádío optimismo elas emprestam aos seres e às coisas! Sofrendo doestos e injúrias no mundo alado dos hemípteros como no mundo cruel dos homens, cantando procuram espalhar o bem, na proporção do mal que recebem. Amigas de Anacreonte, eram engaioladas pelos gregos; companheiras do sol, a natureza abre-lhes os braços porque precisa do canto profético de quem lhe anuncia as manhãs claras e os dias serenos. Na alma de cada uma, entretanto, existe um homem daqueles de que fala o discípulo amado de Sócrates que, maravilhados pela voz das musas, se deixavam morrer de fome e de sede. Mas as musas, em compensação, me-

tamorfoseavam-nos em cigarras, dando-lhes o dom de viver sem comer para que pudessem cantar à vontade.

Cigarra! Levo a ouvir-te o dia inteiro!
Gosto da tua frívola cantiga,
Mas vou dar-te um conselho, rapariga:
Trata de abastecer o teu celeiro.

Trabalha, segue o exemplo da formiga:
Aí vem o inverno, as chuvas, o nevoeiro
E tu, não tendo um pouso hospitaleiro,
Pedirás e é bem triste ser mendiga.

E ela, ouvindo os conselhos que eu lhe dava,
(Quem dá conselhos sempre se consome...)
Continuava cantando... continuava...

Parece que no canto ela dizia:
«Se eu deixar de cantar morro de fome,
Que a cantiga é o meu pão de cada dia».

Alimentado pela imaginação exuberante da mitologia brasileira que é o nosso folclore, (Poranduba, em linguagem tupi) ainda vive na crendice dos povos do Norte o *Currupira*, o mais velho dos nossos mitos, aludido já em 1560 por Anchieta. É o génio dos caminhos solitários que viveu sempre nas brumas da lenda confundido com os seus dois irmãos gémeos: o Caapora e o Saci-Pererê ou Matinta Perera.

A marcha dos tempos, entretanto, se incumbiu de fundir essas três figuras de ficção numa só: — o Saci-Pererê — senhor feudal das florestas virgens, sentinela avançada e defensor vigilante do património vegetal que a natureza legou aos índios, aos pássaros, aos répteis e às feras. No seu feiticismo pela terra, defende-a em carreiras torvas de espantinho, desafiando ventos e varando tempestades. O Saci é considerado a mais nacionalista das nossas criações folclóricas e tem um lugar à parte na mística popular.

É o Saci-pererê. Génios da mata,
Vêde-o: o cabelo verde se desata
Ao vento, afaga as árvores, enlaça
Os troncos, pára e olhando a selva inteira,
Parece que no olhar profundo abraça
Todo o esplendor da terra brasileira.

«Este céu, este luar que a terra banha,
São meus! A espádua humana da montanha
Que entre neblinas longe se insinúa,
É minha! E o rio, a estuar no horror das cheias,
Lambendo a terra calcinada e nua,
É o sangue que fugiu das minhas veias...

Estas árvores velhas de sombrios
Braços, tocadas de neblinas brancas,
As vertentes de prata, os vales frios
E os campos onde, em cavalgadas francas,
Passa a arrogância dos corcéis bravios
E a graça feminina das potranças.

As noites fervilhando num braseiro...
Ora rolando no despenhadeiro,
Ora coroando o píncaro da serra.
E o céu, como um gigante prisioneiro,
Apedrejando o coração da terra,
Com as cinco pedras de ouro do Cruzeiro.

Terra morena e môça! És tôda minha!
Pelo teu corpo lúbrico caminha
Meu corpo de lagarto repelente
Mas no sulco que deixo quando passo,
Irrompe da aridez do teu regaço
Um dilúvio de flores, de repente.

Amo-te pela graça que derramas,
Pelo perfume com que tu me chamas,
Pela treva que envolve o teu cabelo,
Sinto-te no delírio da cegueira,
Teu corpo no meu corpo como é belo,
Tua boca na minha como cheira!

Para defender o seu domínio na ante-manhã da civilização e gritar aos ventos o amor físico que o deslumbrava pela terra morena e môça, que língua seria a sua? Onde a aprendera? Que música lhe embalara os ouvidos a ponto de trazê-la à flor dos lábios para traduzir o encantamento de que vivia cheio? Era ela, sem dúvida, a «bárbara poracé» que despertava para a vida, balbuciente como um fio de água e tentadora como uma promessa.

Da avena dos pastores, da harmonia
Que o vento imprime às palmas das palmeiras,
Do bramido do mar e das cachoeiras,
Da voz que impreca à voz que balbucia,

Do sol que canta quando nasce o dia,
Do luar que chora sôbre as cordilheiras,
Vem êste claro idioma que é poesia
E alma das gentes luso-brasileiras.

Rumor de asas de insecto, um ruído apenas,
Doce afago de arminhos e de penas,
Perdão, queixume, lágrima, reclamo,

Ou grito estuante de alma arrependida: —
Do desgraçado: eu te condeno, ó Vida!
Do poeta que sofreu: ó vida, eu te amo!

Como vêdes, senhores, vem da madrugada da formação do Brasil o nosso fanatismo por ela. Dos seres primitivos aos homens de hoje, das ficções lendárias às realidades contemporâneas, da carta de Pero Vaz de Caminha, dos poemas que Anchieta escreveu nas areias movediças das minhas praias à epopeia eterna dos *Lusíadas*, ela acompanha o nosso roteiro, estimulando as nossas esperanças, abençoando as nossas vitórias ao mesmo passo que rasga novos horizontes às realizações culturais das nossas duas Pátrias.

Língua dos meus maiores, «sacrário inviolável» de que fala o poeta, eu te saúdo na noite da tua consagração e com a braçada de flores brasileiras que deposito diante da luz do teu altar, acendo a minha humilde lâmpada votiva e como o mais obscuro e pobre dos teus sacerdotes, ajoelho-me ante o símbolo da tua grandeza e em devoção enternecida, rezo aos meus amigos de Portugal e aos meus mestres desta Casa a oração que o génio de Bilac pôs na bôca de todos os brasileiros:

— «Última flor do Lácio, inculta e bela,
És a um tempo esplendor e sepultura:
Ouro nativo que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrôlo da saúde e da ternura.

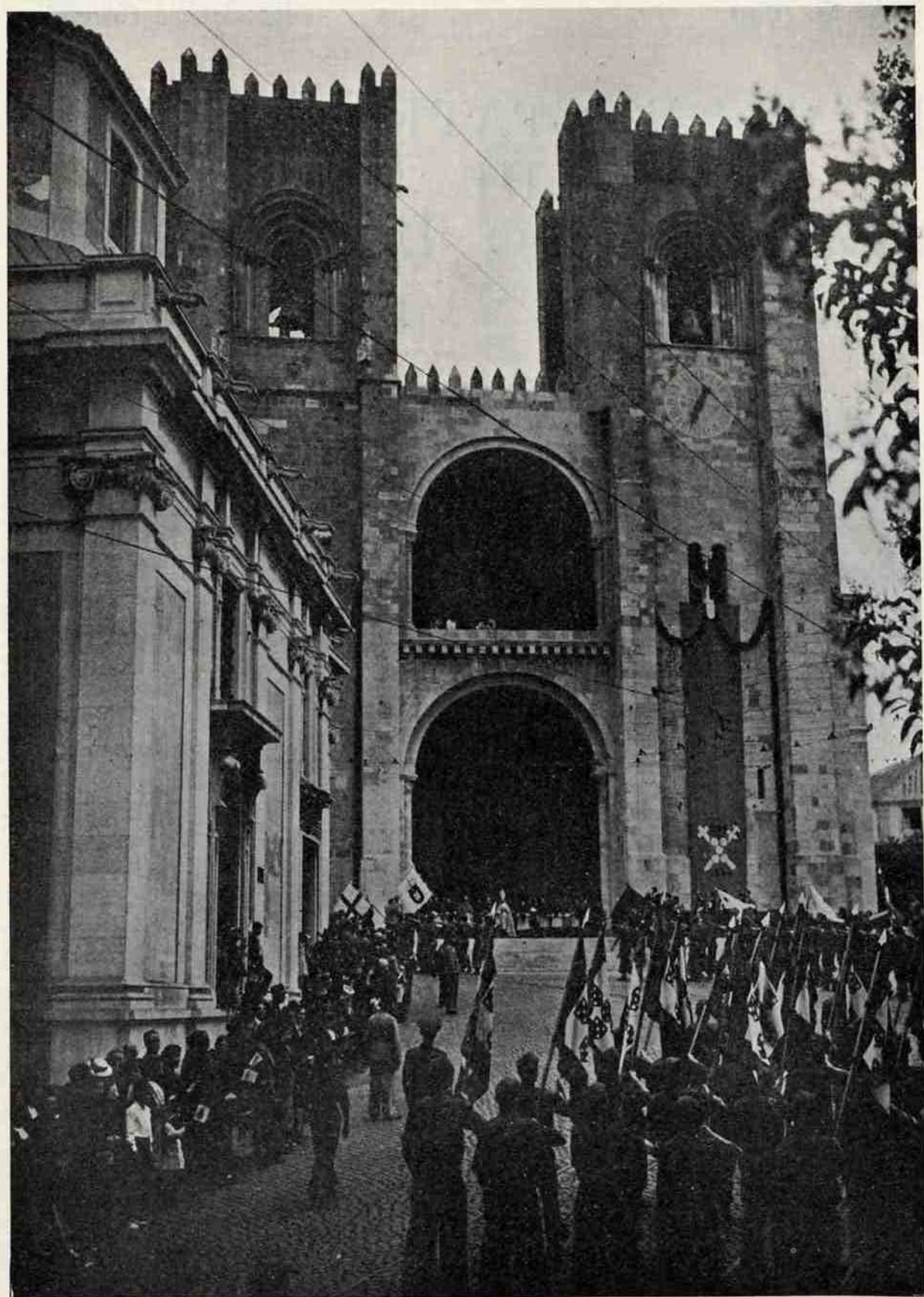
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: «meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho.»

ROMAGEM PATRIOTICA DO POVO DE LISBOA AO CASTELO DE S. JORGE



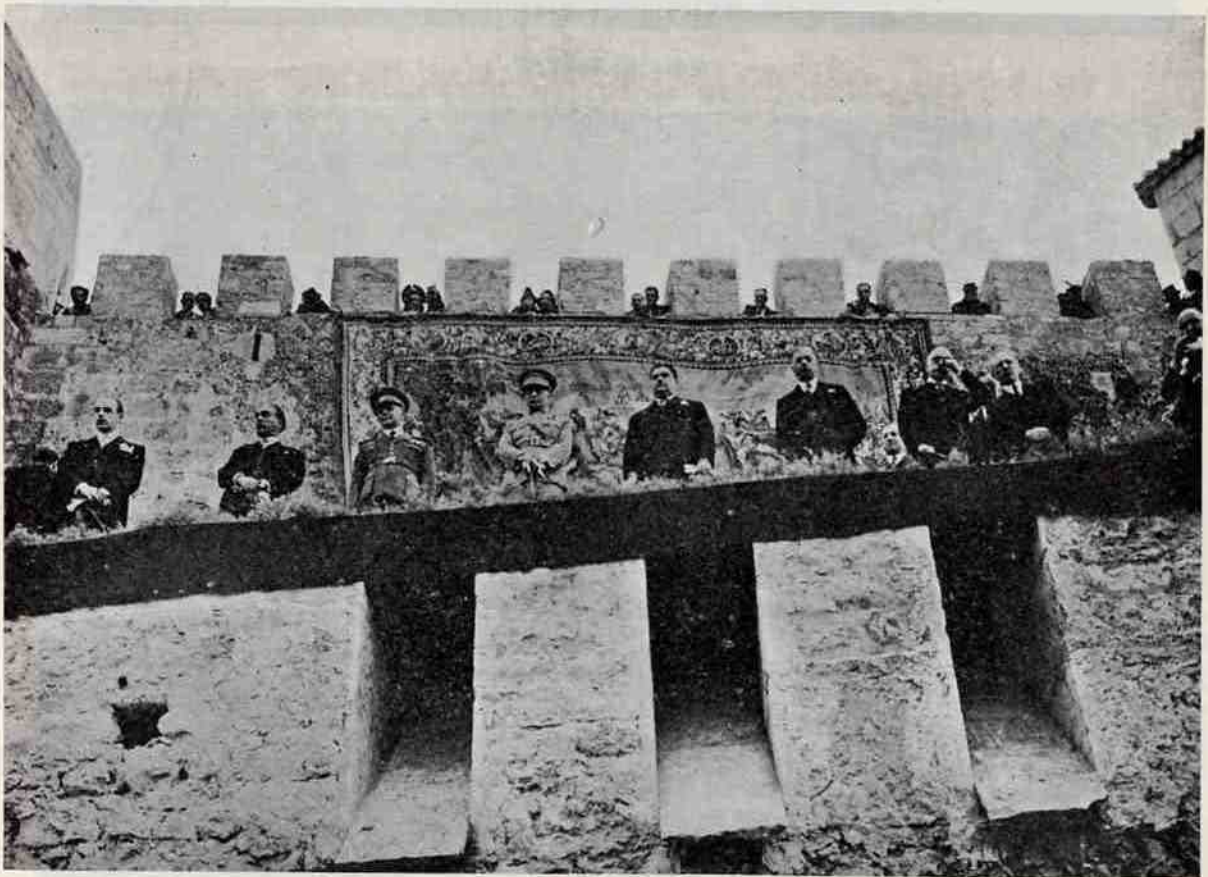
*A ROMAGEM PATRIÓTICA DO POVO DE LISBOA AO PASSAR, EM ALFAMA, A
CAMINHO DO CASTELO DE S. JORGE*



A ROMAGEM PASSA EM FRENTE DA SÉ DE LISBOA



CHEGADA DA ROMAGEM AO CASTELO DE S. JORGE



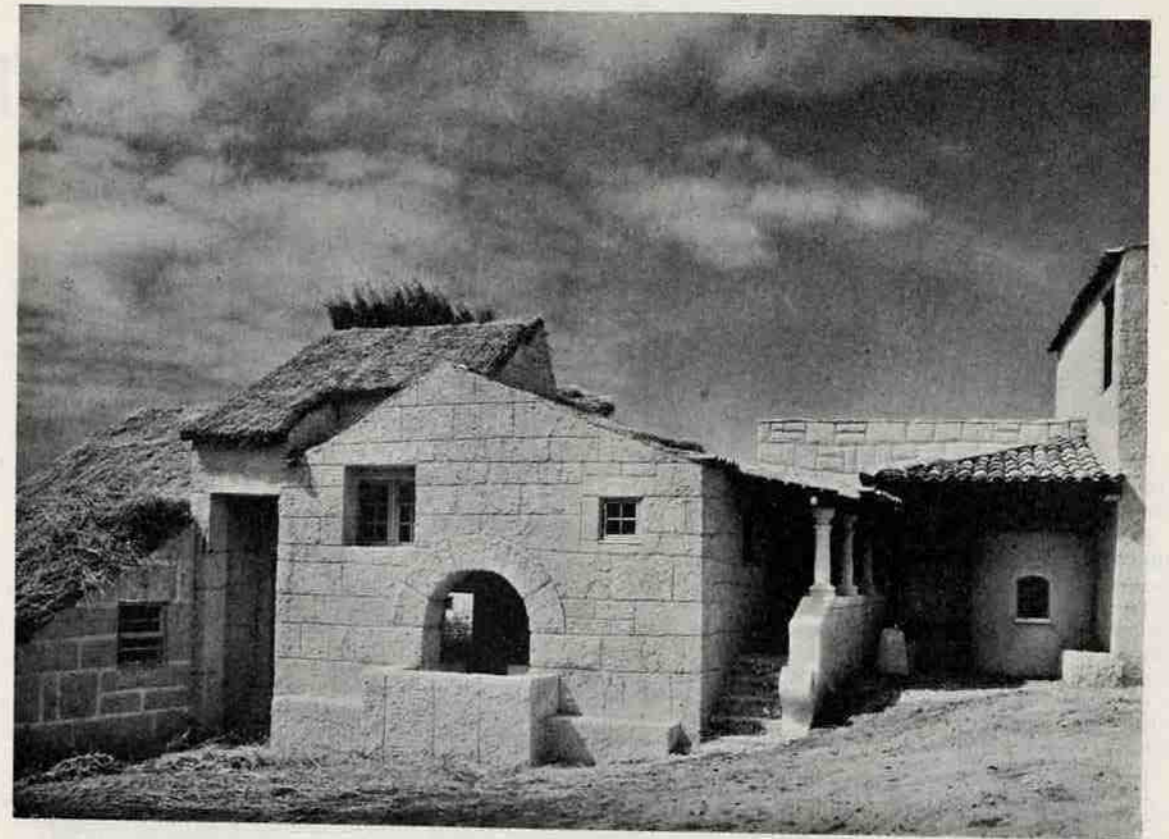
TRIBUNA PRESIDENCIAL NO CASTELO DE S. JORGE

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

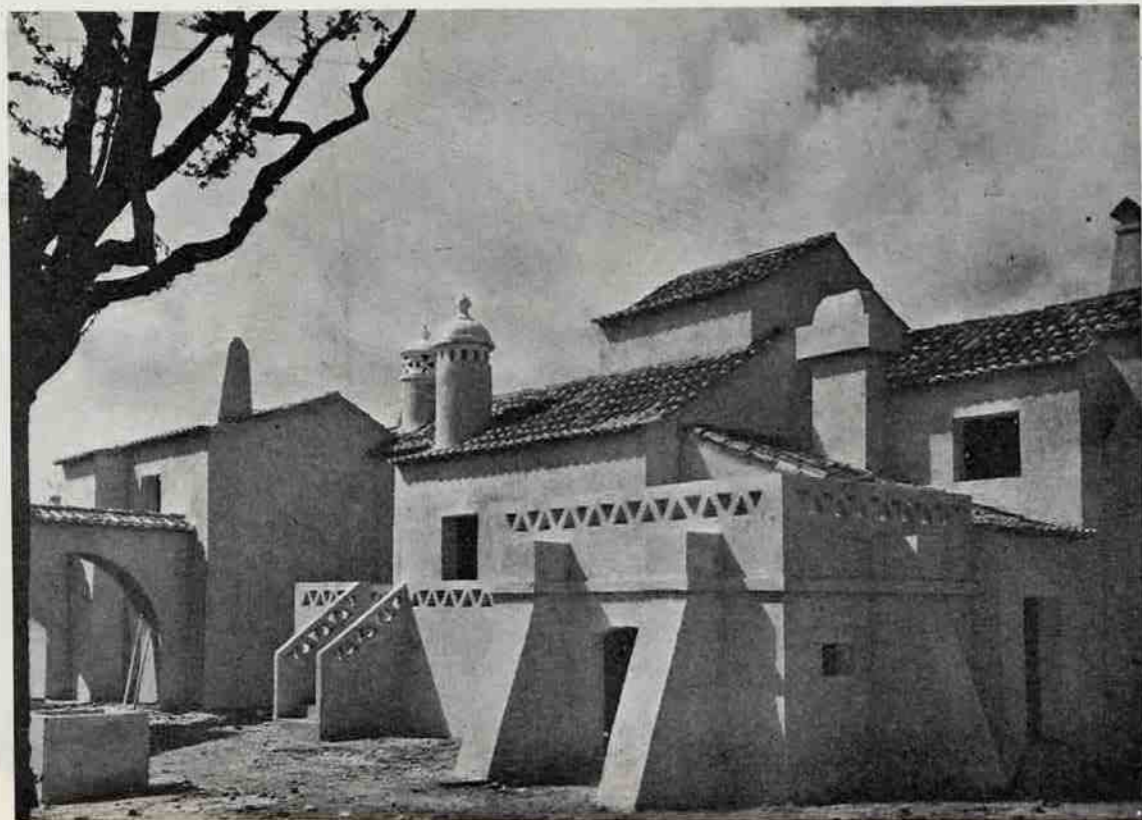
CENTROREGIONAL



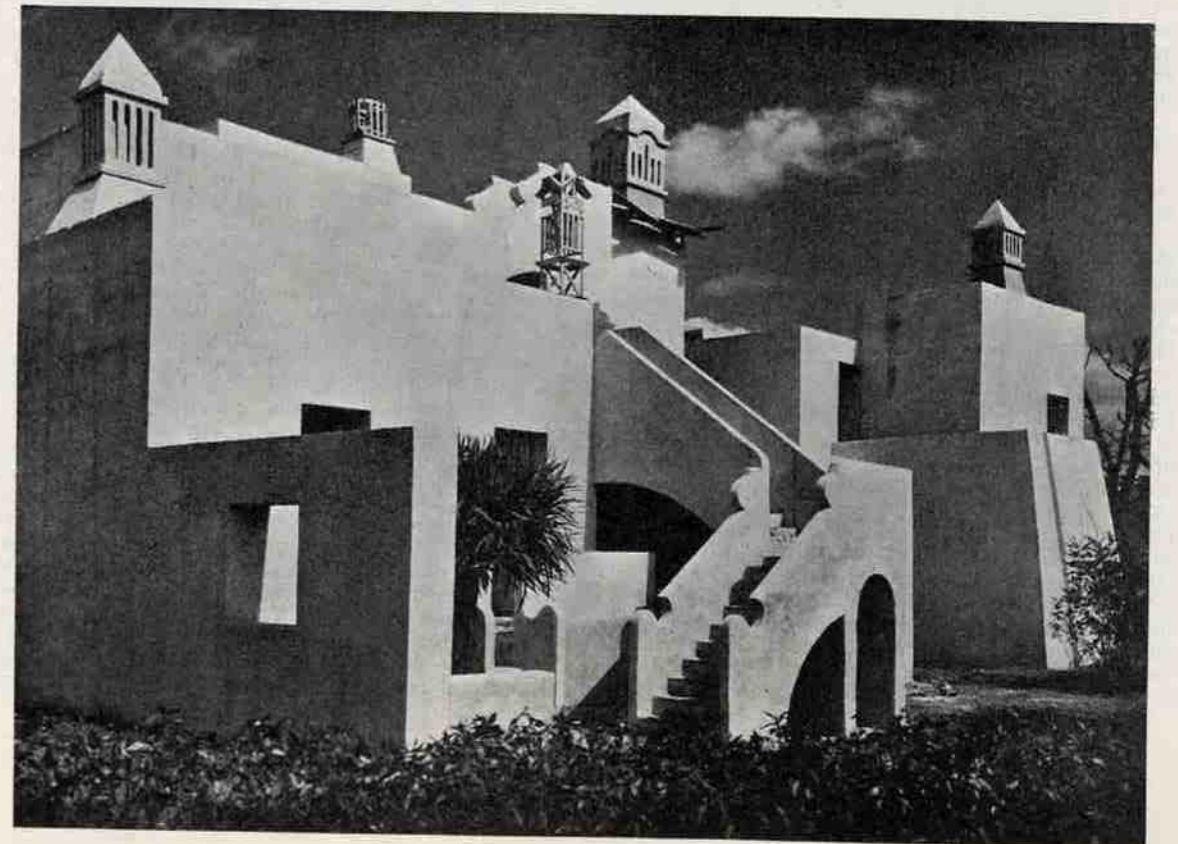
TRAS-OS-MONTES



BEIRA



ALENTEJO



ALGARVE

FESTA PROVINCIAL DO ALGARVE

DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS

Excelências:
Excelências Reverendíssimas:
Minhas Senhoras e meus Senhores:

George Rodenbach disse um dia, a propósito de Mistral: «Felizes os poetas e os escritores que trazem a sua provincia no coração!»

Não é apenas o presidente da Comissão dos Centenários que se encontra aqui, neste momento, para comemorar um facto de superior relevo na história da formação da nacionalidade; é o filho pródigo do Algarve, que as contingências da vida e as tendências do espirito afastaram da terra em que nasceu, mas que na hora própria regressa, cumpre fielmente os seus deveres de algarvio, — porque, embora distante, nunca esqueceu a sua provincia maravilhosa; porque — na expressão feliz de Rodenbach — tem o Algarve no coração.

Mas, se os motivos que me levaram a usar da palavra nesta solenidade (acedendo, aliás, a honroso convite) são de ordem sobretudo sentimental, é também no exercicio da função em que me encontro investido que venho, perante os meus comprovincianos illustres e perante o povo de Faro — povo de marinheiros em cujas veias corre generoso sangue fenício, romano e árabe — justificar as razões porque se construiu este monumento, que hoje inauguramos.

Na jornada triunfal da primeira época das Comemorações — jornada simbólica da própria marcha da Nação no tempo e no espaço, desde o castelo de Mumadona, berço da Monarquia, até ao rochedo de Sagres, berço do Império — temos celebrado todas as datas fundamentais da Fundação e da Reconquista. Com efeito, em 1128, a Provincia portuguesa separou-se para sempre da Galiza do norte, constituindo o núcleo de formação da nacionalidade futura. Comemoramos esse facto em Guimarães. Em 1139, depois do grande fozado no coração da terra sarracena, que o «Chronicon Lamecense» é o primeiro a assinalar, os barões, obedecendo à tradição visigótica, elegem o seu rei. Celebramos esse facto em Ourique. Em 1141 dá-se o combate, torneio ou bofardo da Veiga da Matança ou da Portela do Extremo, e, como consequência da acção militar cuja vitória coube aos portugueses, assina-se o instrumento da paz entre Leão e Portugal; duas espadas reais cruzam-se pacificamente diante do Evangelho bizantino da Sé de Zamora; e o suzerano, Afonso VII, reconhece o rei e o reino. Comemoramos esse facto em Valdevez. Em 1147, pela conquista de Lisboa, base geográfico-marítima, capital histórica de Portugal, lavra-se, na expressão de um historiador, «a acta do nosso nascimento político»; em 1179, a

bula do Papa Alexandre III confirma a posse do território e o título real à estirpe dinástica de Borgonha. Celebramos esses factos na capital. Que vimos agora fazer aqui? Que significa este monumento, perante o qual os corações algarvios palpitam de justificado orgulho? Significa que em 1249, pela conquista do Algarve, realizamos a unidade territorial da Nação. É tão solidamente, tão perduravelmente, com tão fortes raízes tradicionais essa unidade se constituiu, que resistiu a todas as vicissitudes da história — e dura há setecentos anos.

Meus Senhores, a terra algarvia é tão bela, que não podia deixar de ser portuguesa. Desde o anfiteatro de montanhas, ao norte, coroado de carvalhos e de castanheiros patriarcaes, até às ondulações verdes e fecundas do barrocal; desde as penepianícies da sub-serra até à doçura vergiliana do Litoral magnífico — o cáldio Chenchir da toponímia árabe, paraíso de vinhedos, de vergeis, de hortas, de pomares, doirada écloga, manto branco e rosado de amendoeiras em flor aos primeiros assomos da primavera —, que prodígio da Natureza, que Terra de Promissão, que presente de Deus! Glória aos homens que há sete séculos conquistaram este precioso florão para a coroa de Portugal! Glória aos barões, gigantes mitrados e cobertos de ferro, aos cavaleiros das Ordens, ao povo hirsuto e bárbaro dos concelhos, que se atirava para o fragor dos combates apenas com um peitoral de cortiça sobre o coração; — glória também aos Cruzados frizios, dinamarqueses, saxões, normandos, alemães, nossos companheiros de armas, nossos irmãos em Cristo, que com a sua cruz, as suas galés e a sua espada ajudaram o Algarve a ser português! E a memória de todos esses heróis remotos que este monumento acorda para a nossa gratidão. Sem eles, talvez a Nação não tivesse chegado a adquirir a sua actual expressão geográfica. Sem eles, não seria porventura português aquele venerável rochedo de Barlavento, onde há cinco séculos a águia imperial pousou para levantar vô e dominar o Mundo!

Santa Maria, chamaram os cristãos à vélha Hárum, que neste momento representa para nós o Algarve inteiro. Santa Maria dos cavaleiros, dos navegantes, dos pescadores; Santa Maria do Rei holonhês, cuja torre se ergue ainda sobre a galilé da Cathedral; Santa Maria de Jerónimo Osório, do bispo Avelar, do poeta João de Deus, de todo o Algarve e de todos os algarvios, onde quer que eles nascessem, — dir-se-ia que tão alta invocação a salvou. Arruinaram-na os terramotos, devastaram-na as tempestades, assolaram-na os homens; por instantes, pareceu pesar sobre ela a mesma fatalidade que destruiu a Ossónoba fenícia ou romana; e entretanto, como uma criança aconchegada no regaço da Virgem — *Mater admirabilis* — Faro permaneceu. Nada puderam, contra esse amparo divino, as guer-



*INAUGURAÇÃO DO PADRÃO COMEMORATIVO DA BATALHA DE OURIQUE,
VENDO-SE AO LADO A ESPADA DE D. AFONSO HENRIQUES*

ras e as catástrofes. Na história de Santa Maria de Faro, na sua paisagem risonha, há reminiscências da Legenda Aurea, qualquer coisa que nos recorda a graça eterna das Natividades cristãs. Durante o século XVI, três reis magos da Renascença vieram trazer-lhe as suas oferendas: D. Manuel concede-lhe foral novo; D. João III, em 1540 — há precisamente quatro séculos — dá-lhe foros de cidade do reino; D. Sebastião, antes de partir para a morte, coloca-lhe na pedra de armas a mitra e o báculo episcopal. Pois bem: agora, que se completam quatrocentos anos sobre a elevação de Faro a cidade, que lhe trazemos nós, portugueses de 1940? Este monumento. Este padrão votivo, que recorda, a um tempo, a cristianização da cidade e a unidade indestrutível do território português.

Completo-se aqui, é certo, o esforço da Reconquista. Mas não é esse o único título de glória do Algarve. Se alguma coisa de heróico terminou além, para leste, no castelo de Albufeira — a obra da unidade territorial —, alguma coisa de mais glorioso ainda começou a oeste, na costa de Lagos e no rochedo de Sagres: a obra da expansão ultramarina. O Algarve reúne num abraço refulgente, o fim de uma epopeia ao princípio de outra. Foi aqui, debruçado nos ásperos promontórios onde a Europa acaba, que um português, príncipe taciturno — o mesmo que nós vemos nas tábuas de Nuno Gonçalves e na iluminura do códice de Azurara — sentiu, como nenhum outro homem do seu tempo, que Portugal possuía uma alma grande de mais para viver num corpo tão pequeno. A carta de Marino Sanuto e o portulano laurenciano mostravam a África cercada de mar: demonstrá-lo praticamente, atingir as Índias, abrir uma nova estrada marítima ao comércio universal, — eis o pensamento do Infante, eis a ideia — força que determinou e conduziu, já antes de D. João II, as navegações progressivas do ciclo henriquino. Onde encontrou esse homem singular os ânimos ousados, os braços robustos capazes de

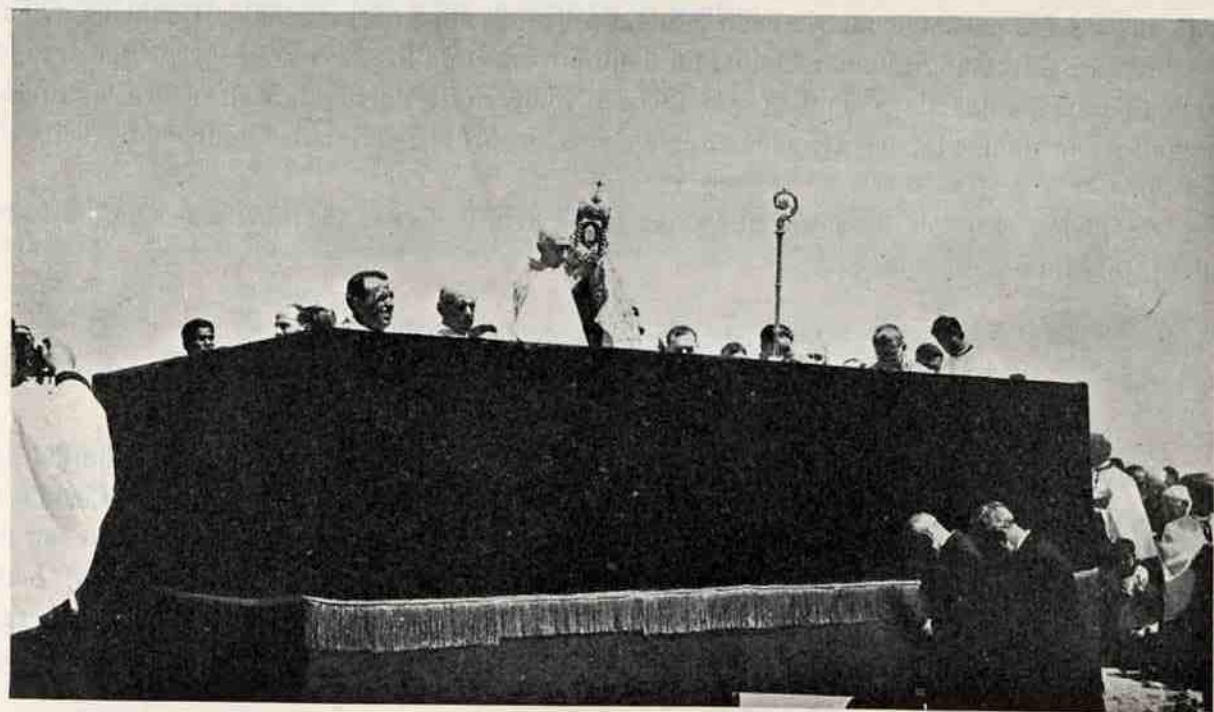
realizar a sua obra? Além, em Lagos, berço de Gil Eanes, de Lançarote, de Estevão Afonso, de Vicente Dias, de tantos outros, meus remotos patrícios, que desfizeram a lenda do Mar Tenebroso, que lançaram aos pés do Infante Navegador as rosas de Santa Maria, que foram os precursores da grande revolução geográfica operada no fim do século XV pelo génio e pela ciência náutica portuguesa. Todos eles nos ouvem; todos estão connosco nesta hora; vejo-os entre o povo que me escuta; reconheço os seus olhos profundos, as suas faces de bronze queimadas do sol e do mar; e já não sei distinguir entre os heróis das duas epopeias algarvias — a dos cavaleiros e a dos navegadores —, de tal modo eles se confundem, tão intimamente o nosso espírito os une no mesmo sentimento de orgulho e de gratidão.

Algarvios! Eis o padrão comemorativo dos sete séculos do Algarve português. Monumento austero e simples, todo o seu valor reside no passado que consagra e nas memórias que perpetua. Estimai-o e conservai-o. Mal das Pátrias em cuja consciência colectiva não vive, sagrado e palpitante, o culto da sua história, porque os povos que se esquecem de si mesmo são povos destinados a desaparecer. É o Futuro que estimula a energia das Nações; mas é o Passado que assegura a sua unidade, que fortalece a sua armadura moral, que nelas mantém o sentimento profundo da própria personalidade. Celebrando a unidade geográfica e política da Nação, que se completou aqui há quasi setecentos anos, Portugal afirma o seu direito à vida, e pratica, na hora dramática que o Mundo atravessa, um acto de serenidade e de fé, — não apenas nos seus destinos, mas nos destinos da Civilização latino-cristã. Neste momento, não é só o Algarve que todos nós, algarvios, temos no coração; é o grande lar português; é a Nação, na sua realidade integral e na sua continuidade histórica; é a herança que recebemos dos nossos pais e que legaremos intacta aos nossos filhos; é a Pátria, — é Portugal!





OURIQUE — AS BANDEIRAS DE PORTUGAL JUNTO DO PADRÃO COMEMORATIVO



BENÇÃO RITUAL DO MAR, NO ROCHEDO DE SAGRES, EM 15 DE JUNHO, POR SUA EXCELENCIA REVERENDÍSSIMA O BISPO DO ALGARVE

PORTUGAL É UMA NAÇÃO

VIII

As manobras de aliciação política dos agentes de Filipe II, se lograram acarear as simpatias e a gratidão de muitos homens das classes dirigentes, não conseguiram jamais captar a adesão do Povo.

O Rei de Castela conciliava em seu favor os melhores fundamentos da legitimidade da sucessão ao trono. D. António era bastardo e, como vimos, não conseguiu fazer a prova do casamento dos seus pais. A Duquesa de Bragança, além de levar a sucessão para uma linha feminina, tinha o pior inimigo da sua pretensão no próprio marido. O feitio arrogante dêste tinha-lhe alienado muitas simpatias. Os próprios Governadores do Reino, quási inteiramente vendidos a Castela, não duvidaram dizer-lhe, em certa altura, que no reino ninguém o podia sofrer.

Tudo se encaminhava para que a candidatura do rei castelhano vingasse.

Êle era filho da formosa imperatriz Maria, mulher de Carlos V e infanta portuguesa. Fôra educado pela sua aia portuguesa, D. Leonor de Mascarenhas. O seu maior amigo da infância e da mocidade foi o português Ruy Gomes da Silva que fez mais tarde Duque de Eboli. Casou em primeiras núpcias com uma infanta portuguesa. Falava o português correctamente e dir-se-ia ter, na severidade do gesto e no recolhimento de tôda a sua pessoa e da sua vida, o carácter concentrado e melancólico da alma portuguesa. . . Conhecia-a bem e sabia, por isso, que o melhor meio de a dominar era o da brandura. Preparou, pois, tudo pacientemente antes da conquista. Comprou a nobreza de Portugal, o alto clero, os juriconsultos de nomeada, os grandes funcionários, o próprio ministro Pedro de Alcáçova Carneiro.

A plebe, sabia êle de sobra que a não podia avocar ao seu partido; mas dominá-la-ia afinal, privando-a de chefes. . .

Quando o pequenino Infante D. Miguel da Paz, nascido do enlace de D. Manuel de Portugal com Isabel de Castela, foi reconhecido e jurado herdeiro das corôas de Castela e Aragão, as Côrtes Gerais portuguesas pediram que o Rei promettesse, em nome do seu filho, que a administração da justiça e da fazenda dos reinos e senhorios de Portugal, bem como as alcaidarias das vilas e dos castelos, as capitánias dos lugares de Africa e terras da Conquista, os officios palatinos, as dignidades eclesiásticas, os cargos militares de terra

e mar, em qualquer tempo e em qualquer caso fôsem dados a Portugueses. D. Manuel assim o prometeu pela sua Carta Patente de 18 de Janeiro de 1499.

Cristovam de Moura obteve uma cópia dessa carta e remeteu-a a Filipe II. Logo o monarca espanhol, em 24 de Maio de 1579, publicou em Aranjuez uma outra carta, em que ratificava tudo o que D. Manuel, seu avô, prometera oitenta anos antes. Sob a base de tais promessas intentaram-se e proseguiram depois negociações entre o Cardeal-Rei e o Rei de Espanha para o reconhecimento dêste como herdeiro de Portugal e o casamento do príncipe D. Diego, seu filho, com uma das filhas do Duque de Bragança.

Quando D. Henrique faleceu, Filipe II escreveu aos Governadores do Reino, que aquêlê deixára, à Duquesa de Bragança, ao Prior do Crato, às Câmaras de Lisboa, Coimbra e Evora, expondo a todos os seus direitos à sucessão e prometendo graças e mercês largas aos que o aceitassem pacificamente como soberano.

Mais de longada dirige-se aos três estados das Côrtes de Portugal, dando-lhes a conhecer os artigos do acôrdo feito com D. Henrique, acrescentando e prometendo que:

— «os Portugueses seriam admitidos aos officios da sua Casa, como se fazia com os Castelhanos e outros vassallos seus de outras nacionalidades;

a Rainha traria sempre ao seu serviço senhoras portuguesas nobres, casando-as em Castela ou Portugal;

seriam abolidos os portos de raia sêca;

seria facilitada a importação de cereais de Castela;

daria 120.000 ducados para resgate dos cativos de Alcácer, mais 150.000 para depósitos de trigos e ainda 30.000 para as vítimas da peste;

para a provisão das armadas da Índia, defesa do Reino, conservação dos lugares de Africa e castigos dos corsários concorreria, quando fôsse preciso, com a ajuda de outros Estados seus e muito maior custo da sua fazenda;

não podendo, pelo govêrno de outros reinos e estados, residir sempre em Portugal, aqui viveria todo o tempo que pudesse dispensar, e, não havendo embaraço de maior, deixaria no reino o príncipe seu filho para que, criado ente Portugueses, se acostumassem a conhecê-los e a amá-los.

Pois, com medo às reacções populares, nem as Côrtes nem as Câmaras de Lisboa, Coimbra e Evora ousaram dar a sua adesão a êste documento!...»

Em 5 de Dezembro de 1580, Filipe II, coroada de êxito a campanha militar do Duque de Alba, entra em Portugal, para tomar posse do Reino, que herdara, comprara e conquistara.

Persistia no uso dos meios brandos. Compoz um semblante aprazível. Adoptou modos lhanos, afáveis, acolhedores. Disse-se que se vestiu de branco pela primeira vez. De tal guisa procedeu que as gentes do reino se agradaram dêle.

De Elvas, convocou as Côrtes que, por causa da peste, não reüniram em Lisboa, mas em Tomar (16 de Abril de 1589).

Ali se votou e jurou que :

seriam respeitados os fóros, liberdades, privilégios e costumes do reino ;

as Côrtes reüniriam sempre em terra portuguesa ;

todos os benefícios eclesiásticos, dos mais modestos às prelazias, assim como tôdas as comendas e pensões das ordens militares e do Prior do Crato seriam dadas sòmente a Portugueses ;

a navegação e comércio de África e Índia seriam reservados a navios portugueses ;

a língua oficial seria a portuguesa ;

tôdas as moedas de oiro e prata cunhadas no reino e seus senhorios teriam gravadas as armas de Portugal e só elas podiam correr legitimamente no reino ;

os governadores das praças, fortalezas e presidios seriam sempre portugueses ;

tôdas as causas seriam julgadas e executadas em Portugal, quaisquer que fòssem a sua qualidade e valor ;

os Reis não poderiam dar cidades, vilas e lugares nem conceder jurisdições e direitos reais senão a Portugueses ;

na ausência dos Reis, as funções de vice-Reis, governadores e outras autoridades só poderiam ser desempenhados por naturais do Reino ou por pessoas da própria família real, filho, irmão ou sobrinho ;

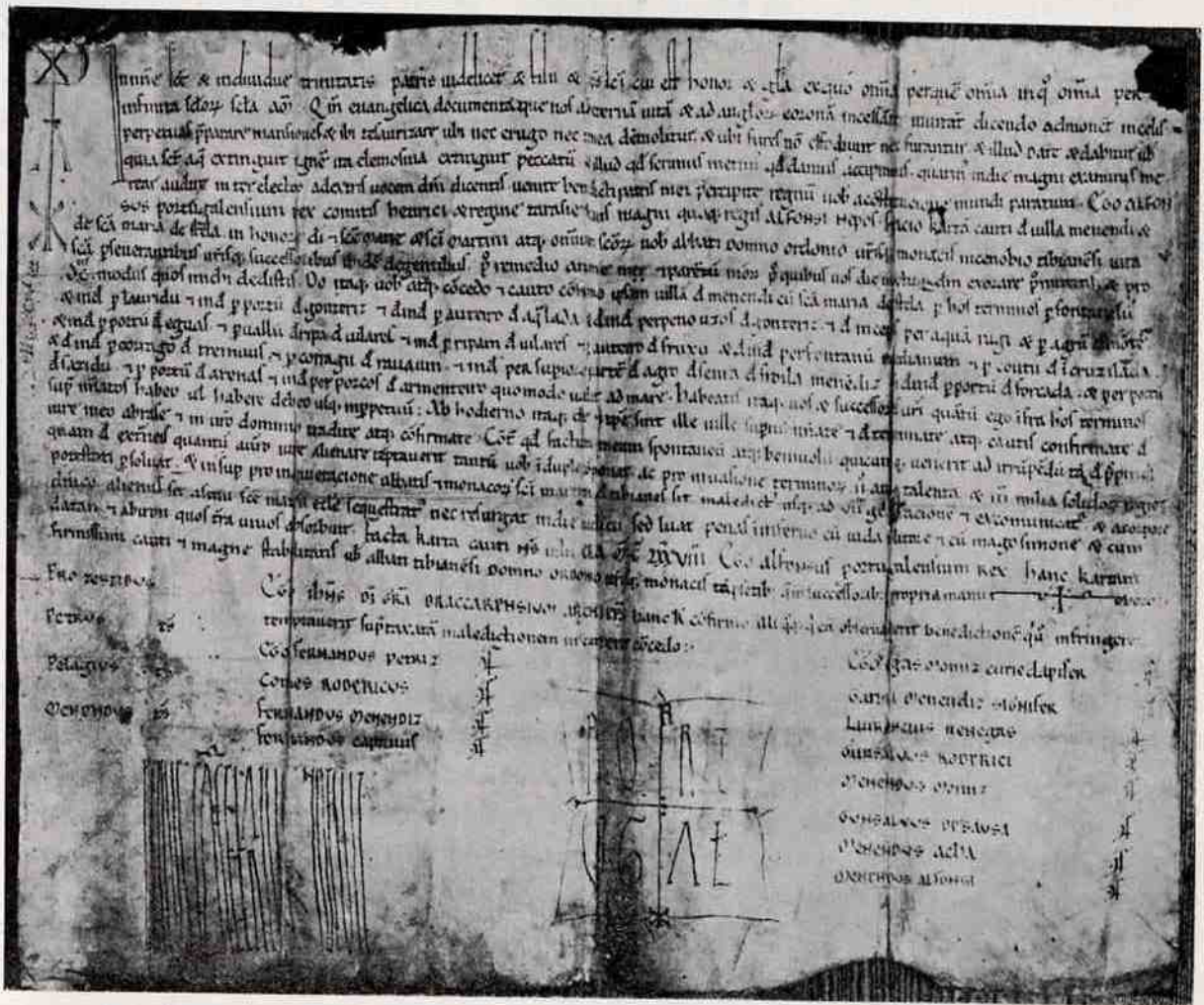
o Rei traria sempre consigo um prelado, um vedor da Fazenda, um secretário, um chanceler-mór e dois desembargadores do Paço, que formariam o Conselho de Portugal e com êle se despachariam os negócios portugueses ;

a expedição da correspondência e dos diplomas necessários seria feita por dois es-
crivães da Fazenda e dois da câmara — todos portugueses ;

o Rei Filipe II de Espanha adoptaria o nome de Filipe I de Portugal.

E desta fórma, Portugal e Castela formariam uma mera *união pessoal*, em que ambos conservariam a sua individualidade política, embora houvesse a comunidade do Reinante, que os representaria internacionalmente. Assim foi proclamado Filipe de Espanha rei de Portugal, «depois de o ter herdado, comprado e conquistado». Mas, a Nação Portuguesa continuava viva e viva se manteve sempre, mesmo quando houve de jazer no «sepulcro do Estado morto».

Aquela união entre Portugal e Castela nunca soldou bem. O Estado mais forte tendia, naturalmente, ao domínio, à absorpção. O mais fraco mantinha-se retraído, numa ciosa defeza de tôdas as horas. E, contudo, como essa defeza era difficil! Como tinha de ser forte a personalidade da Nação para resistir à acção aglutinante de Castela no seu período áureo!



CARTA DE COUTO DE VILA MENENDI FEITA POR D. AFONSO HENRIQUES, REI, AO MOSTEIRO DE TIBÃES, DATADA DAS NÔNAS DE JULHÔ DA ERA DE 1178 (T. T. col. esp.)

A monarquia de Carlos V estendera-se pela Península, pelas Flandres e Alemanha, pelo Milanez, por Nápoles e pela Sicília, pelo Norte de África e para cá do Atlântico nas imensidões dum Mundo Novo...

Nas lutas, em que a Casa de Austria teve de resistir tenazmente à investida de várias coligações europeias, «el Señor Soldado» da infantaria espanhola andava pelos campos da Europa, alardeando a sua orgulhosa nobreza e desbaratando a sua bravura, com fama de invencível.

No domínio do 2.º Filipe, a Espanha realizou o modelo do grande Estado burocrático, á moderna, preconizado pelo próprio Spengler na sua «Decadência do Ocidente».

O ascendente espiritual da Espanha atingira o seu apogeu. Ilustrava-o uma pleiade formosíssima de artistas e de literatos, que deixaram os seus nomes na história da cultura humana. Traduziam-se os clássicos gregos e latinos em castelhano. Os grandes génios literários de Espanha, como Cervantes e Lope de Vega, eram admirados e imitados por Corneille, Lesage, etc.

A Espanha ditava as próprias modas. Vestia-se à espanhola, falava-se e até se praguejava em espanhol.

Mas, nem assim se calmava a ância da independência de um Povo, que, ao luxo do grande palácio alheio, preferia a modéstia do seu pequeno casal.

Num livro de 1632, publicado em Lisboa, o cristão-novo Duarte Gomes de Sólis deixou traçado um quadro impressionante do estado do comércio e da navegação de Portugal no domínio filipino.

Esse quadro é de côres sombrias. Pois, aos males, que ali se denunciavam e comentam, aponta o Autor várias causas, entre as quais destaca para os primeiros lugares a concorrência e o ódio extremos, que havia na Índia entre Portugueses e Espanhóis.

Da união das duas corôas só provieram as calamidades maiores para o Portugal de além-mar.

Com as Flandres fizera a Espanha a paz na Europa, deixando os Holandeses mais livres e mais poderosos na guerra contra os domínios de Portugal. A guerra de côrso continuava mais violenta do que nunca contra as nossas possessões.

A Guerra dos Trinta Anos, em que a Espanha se vira envolvida e em que mantiveramos uma neutralidade prudente e habilíssima, dava agora pretexto aos navios e forças militares da França, Holanda e Inglaterra para atacar os nossos barcos e assaltar as nossas terras insulares e ultramarinas. Esses insultos repetidos e a lentidão dos socorros aos domínios assaltados faziam refinar o ódio contra a nação oficialmente unida, mas a breve trecho opressora.

Nenhum acto de desrespeito aos capítulos das Côrtes de Tomar passaram, porém, em julgado sem protesto.

Quando Filipe III nomeou o Conde de Salinas governador de Portugal, a Câmara de

Lisboa, em carta de 7 de Setembro de 1610, protestou contra a nomeação por não ser de português. Sendo Diogo da Silva Mendoza nomeado Marquês de Alenquer, repetiu-se o protesto por não poderem os Reis dar cidades, vilas, lugares e jurisdições ou direitos reais do reino senão a portugueses.

Reclamações, por vezes tumultuosas, se formularam contra novas imposições fiscais ou agravamento dos existentes. No reinado de Filipe IV, o secretário de Estado, Francisco de Lucena foi ao Pôrto para regular a cobrança do chamado «imposto das maçarocas». A gente miuda, e sobretudo o mulhério, levantou-se ameaçadora e Lucena teve de fugir para o convento de São Domingos, donde se escapou para fóra da cidade. As Câmaras recorreram contra a criação do imposto da *meia-anata* sôbre o provimento dos cargos, e contra o estanco do sal.

Em Maio de 1619, Filipe III veio a Portugal; nas Côrtes então reúnidas juram-se de novo todos os privilégios da Carta Patente de 1582 e formulam-se novas e vivas queixas contra as suas violações.

Eram constantes os «serviços financeiros», impostos para as despesas da guerra. Mas, o reino achava-se exausto e, afinal, tão indefeizo e tão exposto aos ataques dos corsários que os pescadores nem ousavam sair do Tejo.

A alma popular nunca se conformara com a desgraça de Alcácer nem com a perda do seu Rei. A idea da sua morte era repelida sem hesitação nem dúvida. Criára-se uma voga mítica, que resistia a tódas as observações e modificações do próprio tempo. Um dia a névoa se abriria na luz dum regresso ou duma ressurreição. Já as vozes proféticas o tinham dito e repetido em vaticínios segurísimos.

Começara, ao mesmo tempo, a ganhar raízes uma doutrina nova de direito político sôbre o «direito divino dos Povos». A êsse conceito da origem divina do Poder por intermédio do Papa, que alicerçava o primado político de Roma, substituíra-se, no movimento de engrandecimento da Monarquia por sôbre a destruição da organização feudal, a doutrina do «direito divino dos Reis», dispensava o intermédio pontifício e legitimava o poder numa delegação directa dêle de Deus para o reinante ou para a dinastia. Agora, passando por sôbre as corôas, proclamava-se que o mandato é conferido directamente aos Povos, e que êstes o substabelecem nos seus soberanos, podendo, no rigor do direito, revogá-lo sempre que êstes, pelo seu modo de governar, se tornassem indignos ou tiranos. A doutrina nova não era mêmementemente subversiva e anti-monárquica. Para Portugal era profundamente nacionalista.

Acima da legitimidade dinástica e das regras da sua sucessão no trono, estava a vontade da Nação depositária do poder divino.

Era assim e sempre assim fôra, entre nós. Pois, para que forjaram os historiógrafos de Alcobaca a versão e a acta das Côrtes de Lamego, em que as fôrças da Nação, no sagrado recinto de Almacave tinham procedido à eleição do seu primeiro Rei? Sagrado pelo Povo fôra tambem o rei *natural* de Aviz, quando a Nação quiz passar e passou por sôbre o direito monárquico das dinastias. Porque não haveria ela tambem de poder colocar ante a usurpação dos Austrias espanhóis a sua firme tenção de reconstituir a unidade política, comprometida em 1581? O ambiente da Revolução estava preparado. Em 1637, as «alterações de Evora», da chamada revolta do Manuelinho, propagaram-se logo como um ras-tilho, em tumultos de maior ou menor gravidade pelo Alentejo e pelo Algarve e foram repercutir-se em Santarém, no Pôrto e em Viana.

A. MARQUES GUEDES



BRANCO DE PAREDE DA ESCOLA DA ALDEIA DE...

NOTAS VÁRIAS

COMEMORAÇÕES DO DUPLO CENTENÁRIO

ÉPOCA MEDIEVAL

Junho, 2 — Em vibrante exaltação de patriotismo e de fé, a Nação inteira comemorou, comovida e orgulhosa, os seus oito séculos de História.

De manhã, em tôdas as Sés, colegiadas e igrejas matrizes de Portugal e do Império celebraram-se solenes *Te Deum* de graças, tendo atingido extraordinária grandiosidade aquele a que presidiu Sua Eminência o Cardial Patriarca, na Sé Catedral de Lisboa.

Na presença do Chefe do Estado, do Governô, de todo o corpo diplomático, de altas personalidades civis e militares, renderam-se graças a Deus pela protecção dispensada à gente e à Pátria lusitana, durante esta longa jornada de séculos.

Do terraço da galilé da velha Sé de Lisboa — hoje restituída à sua beleza primitiva — S. E. o Cardial D. Manuel Cerejeira, na cabeça a mitra de três corôas (prerrogativa que só o Chefe da Igreja portuguesa possui, além de Sua Santidade), rodeado por um diácono que erguia a cruz de ouro de D. Sancho I, por um homem de armas conduzindo a tradicional espada de D. Afonso Henriques e por outro guerreiro empunhando a bandeira da Fundação, pronunciou, perante a mole imensa de povo que fóra do templo se aglomerava, a admirável alocação que noutro lugar publicamos, e em que, à bôa maneira medieval, anunciou ao Mundo os oito séculos de existência da Pátria, gritando: — «Arraial, arraial, arraial, por Portugal!» — grito que milhares de vozes repetiram emocionadas e as ondas do céu levaram a tôda a parte, onde se fala e entende a língua portuguesa.

Depois, doze chameleiros do século XII, vestidos de tabardos coloridos, entoaram marchas antigas, enquanto Sua Eminência lançava a benção à cidade.

Em seguida, Mons. Pereira dos Reis leu a bula «Manifestis Probatum», do Papa Alexandre III, pela qual foi confirmada a independência de Portugal.

Repicaram no ambiente festivo os sinos da Sé, os sinos das igrejas de Lisboa, os sinos de todo o Império, ao mesmo tempo que nos fortes e no rio a artilharia salvava.

Na tarde do mesmo dia, em sessão solene da Câmara Municipal de Lisboa, o Chefe do Estado, num magnífico discurso que reproduzimos também, declarou inaugurado o ciclo das Comemorações Centenárias.

À mesma hora e revestidas de igual solenidade, realizaram-se sessões inaugurais em tôdas as Câmaras Municipais da Metrópole e do Ultramar, nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal, unindo na comunhão dos mesmos sentimentos patrióticos todos os portugueses do Mundo.

A noite, na Assembleia Nacional, realizou-se uma sessão solene que se revestiu de excepcional e im-

pressionante grandeza e em que, pela palavra eloquente dos diferentes oradores, se celebraram e exaltaram os nossos oito séculos de História.

Junho, 4 — Durante tôda a noite, até à alvorada, as sentinelas do Castelo de Guimarães haviam bradado o alerta que terminava sempre, como num eco vindo de todos os corações de portugueses, pelas palavras: «Portugal! Portugal! Portugal!»

Manhã cedo, após a ocupação do Castelo pelos guerreiros da Fundação, puseram-se a caminho, vindas de mil pontos, para o Campo da Feira e dêste para o Campo de Salvador, milhares de raparigas com os seus cestos cheios de flôres — algumas destas chegadas dos mais longínquos recantos do império.

Era como se tôda a rede de pequenos riachos floridos se fôsse transformando pouco a pouco num rio de imenso caudal, que depois se havia de quebrar junto às muralhas, num tapete espesso, colorido e perfumado.

Com a assistência do Chefe do Estado, do Governô, do Cardial Patriarca, da Embaixada Especial do Brasil e das mais altas individualidades portuguesas e perante uma multidão de muitas dezenas de milhares de pessoas, foi depois rezada missa pelo Arcebispo de Braga, no altar tomado a D. João de Castela na batalha de Aljubarrota.

Finda a missa, o snr. Presidente da República, acompanhado do snr. Dr. Oliveira Salazar, dirigiu-se para o Castelo, em cujas ameias passavam as rondas dos guerreiros antigos. Faltava meia hora para o meio dia quando os chameleiros e clarins, postados na torre de menagem, ergueram os acordes de uma marcha guerreira. E logo o Chefe do Governô assomou uma das ameias, sendo então alvo de estrondosa ovação. Ao clamor dos «vivas» e dos aplausos seguiu-se, porém, impressionante silêncio. E o snr. Dr. Oliveira Salazar proferiu com voz forte, embargada pela emoção, o discurso notável que neste número reproduzimos na íntegra.

Depois da voz da Pátria, fez-se ouvir a voz da Igreja. O snr. Cardial Patriarca, do alto da torre de menagem, traçou o gesto ritual da benção — benção para tôdas as regiões do Império, benção para todos os portugueses espalhados pelo Mundo:

— *Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo!*

Por fim, o momento máximo da comoção, como se fôsse possível ainda exceder o anteriormente vividos. Lentamente, hasteada carinhosamente, com amor profundo, pelas mãos do Chefe do Estado, a bandeira da Fundação foi subindo, banhada pela luz macia do Sol. Após os primeiros minutos, de recolhimento emocionado, de religiosidade, foi o entusiasmo transbordante, a apoteose formada pelas aclamações que saíam, sem cessar, num coral imenso, das bôcas de cem mil pessoas.

Os restantes números do programa das celebrações na primeira capital da nacionalidade — o desfile do elemento oficial e do povo perante o Chefe

do Estado, os festivais populares, a representação do «Auto da Fundação de Portugal», o cortejo luminoso—tiveram o mesmo brilho e muita imponência.

Para Guimarães a festa era dupla: é que, além de os seus habitantes assistirem a uma das mais significativas comemorações centenárias, tinham a honra de ver junto deles as figuras máximas do país, Carmona e Salazar, a quem dispensaram carinhosíssimo acolhimento.

Junho 5 e 6—Enquanto o venerando Chefe do Estado e alguns membros do Governo regressavam à capital, que lhes dispensou o mais entusiástico acolhimento, numa manifestação apoteótica difficilmente excedível, seguiu o resto do elemento oficial de Guimarães para Braga e desta cidade para Arcos de Valdevez, onde foi solenemente inaugurado o padrão comemorativo do célebre recontro de 1141. Em seguida, por Viana do Castelo e Barcelos, dirigiu-se a comitiva para o Porto, onde, no dia seguinte, iria realizar-se o acto medieval do velho burgo portuense.

Junho, 7—As festas centenárias do norte de Portugal fecharam dignamente, com as cerimónias levadas a efeito na invicta, nobre e sempre leal cidade da Virgem.

Atingiu extraordinária imponência o acto medieval realizado na Sé,—admirável cerimónia retrospectiva, em que se comemorou a doação de D. Teresa à Sé do Porto e ao bispo D. Hugo do velho burgo portucalense, com o seu couto e demais privilégios. Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Porto evocou os bispos fundadores e o snr. Professor Dr. Mendes Correia, Presidente da Câmara Municipal, falou da grandeza da época medieval no Porto e afirmou a maior fé nos destinos do Portugal de Salazar.

Finalmente, Sua Eminência o Cardeal Patriarca lançou a benção à cidade.

No mesmo dia, no magnífico salão da Associação Comercial do Porto, uma sessão solene celebrou a criação da primeira bolsa comercial por El-rei D. Diniz, em 1293 e a sua reorganização por D. João I, em 1387.

Junho, 8—A comitiva oficial chega a Coimbra, onde se realizou uma romagem cívico-religiosa aos túmulos de D. Afonso Henriques e de seu filho D. Sancho I, na vetusta igreja de Santa Cruz.

À tarde, na Sala dos Capelos da velha Universidade, comemoraram-se, em sessão solene, as Córtes de Coimbra de 1211 e a fundação da Universidade em Lisboa (1290) e mais tarde em Coimbra (1308).

Junho, 9—Em Santarém realiza-se a festa provincial do Ribatejo e em Lisboa, à tarde, o Chefe do Estado, o Governo, elemento oficial e o povo da capital, dirigem-se em piedosa romagem ao alto do Castelo de S. Jorge, onde o snr. General Carmona descerra uma lápide comemorativa dessa verdadeira romaria de fé nos destinos da Pátria.

Junho, 10—Dia de Camões, que a Academia das Ciências de Lisboa escolheu para glorificação da língua portuguesa.

Memorável sessão solene, presidida pelo Chefe do Estado e em que portugueses e brasileiros renderam seu preito de homenagem ao indestrutível laço espiritual, que, através do Atlântico, une, mais que tudo, as duas grandes pátrias irmãs.

Junho, 11—No novo pavilhão do Museu Nacional de Arte Antiga inaugurou-se a Exposição dos Primitivos Portugueses, admirável e valiosa colectânea de cerca de 340 quadros, que é a mais eloquente confirmação de que Portugal possuiu uma escola portuguesa de pintura, original e inconfundível.

À noite realizou-se um concerto de gala no Teatro D. Maria II, com música medieval e a audição do poema sinfónico «1140», da autoria do maestro Wenceslau Pinto, executado pela orquestra da Emissora Nacional.

Junho, 12—Véspera de Santo António—o Santo popular dos bairros lisboetas. Romagem do povo ao lugar em que, segundo a tradição, nasceu o grande taumaturgo português.

À noite, no adro da Sé de Lisboa, representou-se, com grande êxito, o «Auto de Santo António», do poeta quincentista Afonso Alvares, num arranjo de Matos Sequeira.

Prosseguem as comemorações centenárias nas províncias de trás-os-Montes e Alto Douro, com carácter de festas regionais.

Junho, 13—O elemento oficial seguiu para Beja e Castro Verde, inaugurando em Cabeço de Rei um padrão comemorativo da batalha de Ourique, no próprio lugar em que, segundo a história, D. Afonso Henriques armou a sua tenda em 1139.

Algumas bandeiras gloriosas do Portugal de ontem e de hoje foram arvoradas, ao lado do padrão, por soldados que verteram seu sangue em defesa da Pátria. E junto do monumento, onde durante a noite houve velada de armas, via-se, sobre um sarilho de espingardas, a espada heróica de Afonso Henriques.

Junho, 14—Em Faro, onde se realizou a festa provincial do Algarve, comemorou-se com brilhantismo a tomada da cidade aos mouros em 1247 e o quarto centenário da sua elevação a cidade.

Junho, 15—As comemorações da Época medieval encerraram-se com os actos solenes de Lagos e Sagres.

Nos lugares sagrados da Pátria, onde o Infante D. Henrique sonhou a constituição de um dos maiores impérios dos tempos modernos, foi solenemente glorificada a sua memória e a dos navegadores do ciclo heróico das grandes descobertas.

Em Sagres realizou-se uma imponente procissão das velas e celebrou-se, de manhã, missa campal. Do alto do promontório, donde os olhos do Infante visionaram novos mundos, para além do *Mar Tenebroso*, Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Algarve procedeu solemente à benção ritual do Mar.

